



BONN INTERNATIONAL CENTER FOR CONVERSION

B · I · C · C

BONN INTERNATIONAL CENTER FOR CONVERSION • INTERNATIONALES KONVERSIONSZENTRUM BONN

Transformação de Armas em Enxadas

*A Abordagem TAE para
um Desarmamento
Prático*

Uma avaliação sobre o projeto TAE em
Moçambique

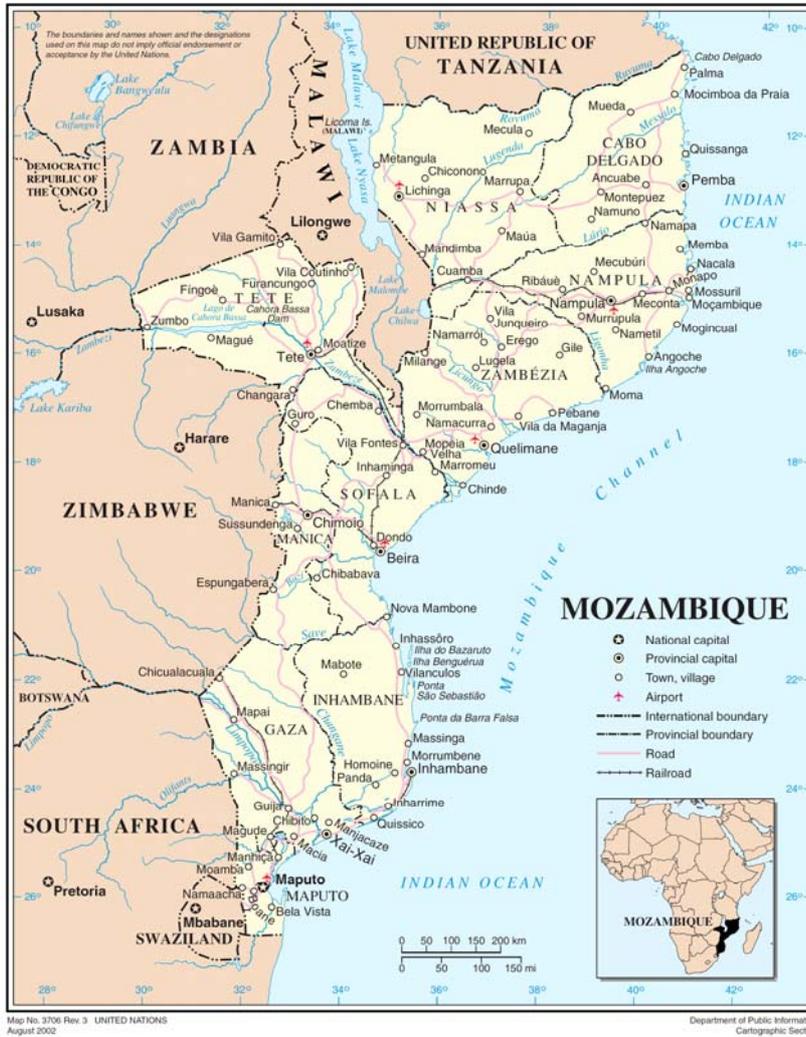
Encomendado por
WORLD VISION Alemanha

World Vision



Transformação de Armas em Enxadas

A Abordagem TAE para um Desarmamento Prático



Published by
 ©BICC, Bonn 2004
 Bonn International Center for Conversion
 Director: Peter J.Croll
 An der Elisabethkirche 25
 53113 Bonn, Germany
 Tel. +49 228 911960
 Fax +49 228 241215
 E-Mail: bicc@bicc.de

Agradecimentos

Esse estudo foi encomendado por WORLD VISION Alemanha e conduzido pelo Bonn International Center for Conversion (BICC) em cooperação estreita com o projeto TAE em Maputo, Moçambique. Os autores gostariam de agradecer a todos atuais e ex-funcionários do TAE por sua vontade em providenciar sugestões ao seu trabalho, em particular o administrador do projeto TAE Albino Forquilha, assim como os voluntários da CUSO, Kayo Takenoshita e Christian Brun, que neste momento já deixaram o projeto. Kayo foi instrumental na organização do campo de pesquisa conduzido pelos autores. Noel Stott, no Institute for Security Studies (ISS) em Pretória, providenciou valiosas avaliações sobre a Operação Rachel e elaborou o box sobre o assunto nesse relatório, enquanto Christian Brun contribuiu ao box sobre “Artes no Fogo Cruzado”. Frank Tester da Universidade de British Columbia compartilhou alguns dos resultados de sua avaliação simultânea em nome de CUSO. Scott Lewis, pesquisador associate do BICC, ajudou na edição desse relatório. Os autores são gratos ao WORLD VISION Alemanha e se sentem particularmente agradecidos a Ekkehard Forberg por tornar essa pesquisa possível. As principais conclusões desse relatório foram debatidas durante o workshop dos atores envolvidos em junho de 2003 em Maputo, Moçambique, e os autores gostariam de agradecer a todos os participantes por seu tempo e comentários. Embora muitos tenham contribuído para esse relatório, a responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente dos autores.

Bonn International Center for Conversion
Sami Faltas e Wolf-Christian Paes

Tabela de Conteúdo

Prefácio	4
Introdução	7
História	8
Acessando a Extensão do Problema	11
Metas e objetivos do projeto TAE	19
<i>Produção e Impacto</i>	23
Artes no Fogo Cruzado	33
Recursos disponíveis ao Projeto	36
<i>Modo de Operação</i>	39
<i>Recuperação de Informação</i>	39
<i>Entrega de Incentivos</i>	43
<i>Estocagem e Destruição</i>	46
<i>Governo e Sociedade Civil</i>	48
<i>Custos e Benefícios</i>	49
<i>Lições Aprendidas / Réplicas</i>	52
<i>Motivação dos proprietários de armas</i>	53
<i>Metas do Programa</i>	54
<i>Relações com o Governo</i>	55
<i>Abastecimento de incentivos</i>	56
Bibliografia	58

Prefácio

Armas são perigosas. Não apenas nas mãos de ladrões ou rebeldes, mas em si mesmas: quanto mais existirem e quanto mais fácil forem acessadas, maior será a probabilidade de serem usadas de forma mortal. Portanto, o desarmamento de sociedade em momentos pós-conflito constitui um dos desafios vitais que precisa ser encarado uma vez que o conflito chegou a seu fim.

Em sociedades pós-guerra, armas podem preencher uma multiplicidade de funções:

- Embora mantidas para defesa, armas dão apenas uma falsa sensação de segurança. Frequentemente, acidentes ocorrem em residências porque armas ou munição não foram guardadas de forma apropriada.
- Enquanto a infra-estrutura e a economia de um país estiverem em ruína, uma arma pode oferecer a base da sobrevivência de uma família. O proprietário da arma pode garantir uma renda se recrutado por um serviço privado de segurança ou um novo exército ou mesmo contratado para proteger um rebanho.
- Uma arma constitui um objeto de valor e uma garantia para tempos difíceis. Além de seu valor material, armas também contam com um apelo ideológico e uma “aura de poder”. Ex-combatentes são conhecidos por apenas deixarem suas “companheiras” de muitos anos após relutar.

Para pessoas que perderam tudo durante uma guerra e que foram desenraizadas de suas vilas natais, uma arma pode oferecer por vezes a única perspectiva para garantir uma renda modesta, seja de forma legal ou ilegal. Ao mesmo tempo, as esperanças e expectativas de pessoas por uma rápida reconstrução e renovação econômica de seus países são frequentemente frustradas, já que esses processos levam um certo tempo e são normalmente embaraçosos e protraídos. Isso leva ao desapontamento, a um aumento de crimes e de auto-proteção armada: um círculo vicioso que ameaça jogar uma sociedade em um momento pós-guerra mais uma vez ao caos. Isso é a razão pela qual não há alternativa razoável a um sistemático desarmamento de combatentes e de civis armados.

A abordagem “Enxadas por Armas” em Moçambique é um caso a destacar e um exemplo notório: pela primeira vez, a sociedade civil está tomando a responsabilidade pelo desarme da população em um nível nacional, fazendo portanto uma contribuição essencial para a paz e reconciliação. Durante a guerra civil em Moçambique, milhões de armas automáticas foram

distribuídas por todo o país e entre a população. Agora, o Conselho Cristão de Moçambique está coletando pelo menos parte dessas armas e destruindo-as in loco. Algumas peças das armas são então modeladas em obras de arte, demonstrando à população que os aparelhos de matar não mais são necessários.

Não se pode esquecer que esse desarmamento civil precisa ser atribuído ao compromisso corajoso de alguns líderes civis. Um deles é o Bispo Sengulane, que tem sido um ator principal no processo de paz de Moçambique e quem também iniciou esse projeto. Sengulane pôde construir seu trabalho sobre a excelente reputação e confiança que adquiriu o Conselho Cristão de Moçambique por meio de seu papel de sucesso na resolução do conflito.

Seu envolvimento demonstra porque atores civis devem ter um papel no processo de paz: são neutros com relação às partes em conflito e com relação às estruturas do governo; e têm a proximidade e acesso fácil à população. Atores civis também podem encontrar soluções inovadoras e interinas sem perder sua credibilidade. Por exemplo, embora seja estritamente proibido possuir uma arma em Moçambique, pessoas que entregarem suas armas durante o projeto não devem temer serem vítimas de um processo.

Sem dúvida, o projeto tem conseguido aprender de projetos passados de desarmamento – frequentemente fracassados. Os chamados programas de “compra” pelas quais armas eram compradas de volta por seu valor de mercado acabaram de fato, no passado, dando um impulso ao comércio de armas em toda a região. Em Moçambique, instrumentos de uso doméstico são oferecidos como incentivos para que as pessoas entreguem suas armas, portanto oferecendo uma nova oportunidade civil de geração de renda. Esses bens de consumo dados em troca de armas – a maioria deles sendo máquinas de costura e bicicletas – são símbolos de um novo começo. O processo de desarmamento de Moçambique é acompanhado por programas de treinamento e de conscientização para preparar sociedade para um período de paz e para ensinar as pessoas como solucionar futuros conflitos de uma forma não-violenta.

Em sociedades pós-guerra, atores civis e organizações não-governamentais (ONG) podem de fato preencher um papel vital da resolução de conflitos e na construção de paz. Em Moçambique, líderes de igrejas e ONGs estão enfrentando o desafio. Porém, existe ainda uma outra área na qual ONGs podem fazer uma contribuição: trata-se da segurança. Nessa área, portanto, ainda precisam reunir e documentar suas experiências.

O atual relatório investiga a abordagem “Enxadas por Armas” em Moçambique e observa as precondições gerais que

direcionam o sucesso do projeto. Ele também tenta identificar áreas de fraqueza para que outros atores possam aprender dessa experiência e aplicá-la em outros contextos. WORLD VISION e BICC esperam, de forma conjunta, que essa documentação ajude a encorajar outras sociedades pós-guerra a se comprometerem ao desarmamento de suas populações e em criar consciência sobre os riscos imensos das armas leves.

Ekkehard Forberg

WORLD VISION Alemanha

Introdução

O emblema da República de Moçambique traz em seu centro um rifle Kalashnikov AK-47¹ como símbolo da luta de um povo contra o regime colonial, que terminaria na independência do país em 1975. As décadas de 1970 e 1980 viram muitos conflitos violentos nos quais a Kalashnikov, desenhada na URSS nos anos 40, ajudou a derrubar regentes coloniais e regimes apoiados pelo Ocidente em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Namíbia, África do Sul, Zimbábue, Nicarágua, Camboja e Vietnã. Uma cultura popular de revolução ao redor de slogans como “a luta continua”, a imagem de Ernesto “Che” Guevara e uma arma com munição curvada de forma distinta. Um grupo musical anti-apartheid da África do Sul até mesmo se chamava AK-47.

Hoje, a Kalashnikov é ainda amplamente usada por uma variedade de objetivos, mas não é glorificada como antes. De fato, para muitos simboliza a desastrosa proliferação de armas leves que alimentou conflitos políticos e promoveu a emergência de crimes violentos em muitas partes do mundo. O Bispo Dinis Sengulane da Diocese Anglicana de Libombos (Moçambique) acredita que é doloroso ver uma arma na bandeira moçambicana. Ele diz a seus compatriotas que “dormir com uma arma em seu quarto é como dormir como uma cobra” (Entrevista de Sengulane). Nos anos 80 e no início dos anos 90, Sengulane ajudou a lançar o processo de paz que levou ao fim a guerra civil. Em 1995, ele fundou um projeto chamado “Transformação de Armas em Enxadas”, abreviado TAE.² TAE é um projeto do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), dominado por protestantes e particularmente importante para o Bispo Sengulane, que tem sido o presidente do CCM desde 1975. Seu objetivo é lidar com um dos legados mais perigosos da luta de libertação e da guerra civil, isto é, as milhões de armas e o enorme montante de munição e explosivos nas mãos da população. Esse esforço pouco comum da igreja, o qual esse relatório irá debater, de fato não transforma armas em instrumentos agrícola, embora essa fosse a idéia original e o Bispo Sengulane ainda acredite que possa ser atingido um dia (Entrevista de Sengulane). Ao invés disso, o projeto coleta armas, munição e explosivos da população, os destrói e oferece instrumentos e outros implementos em troca.

¹ AK-47 é a versão original da famosa arma durável, autorizada para o uso do Exército Vermelho em 1947. Muitos tipos a seguiram, com diferentes nomes. Em Moçambique, Kalashnikov é chamado de AKM, uma versão mais recente.

² Em português, o nome de fato significa ‘Transformação de Armas por Enxadas’. A abreviatura TAE rima com ‘fly’.

TAE é pouco comum por ser um projeto de desarmamento inteiramente administrado pela sociedade civil, por transformar partes de metais de armas em arte, e por sua longevidade. Nesse relatório, discutimos como TAE trabalha, o que atingiu, as dificuldades que enfrenta, como pode ser mais efetivo, e até que ponto essa abordagem pode ser usada em outros locais. Nossa meta não é a de avaliar o projeto, mas descrevê-lo e acessar sua abordagem. Quando providenciamos detalhes o fazemos para ilustrar um ponto geral, e não para explorar as entranhas do projeto.

Esse estudo é baseado em duas viagens de campo à Moçambique, uma feita por Sami Faltas ao sul de Moçambique em março de 2003 e outra feita por Wolf-Christian Paes às províncias do centro de Moçambique em maio de 2003, assim como é baseado na revisão extensiva da literatura e de entrevistas com especialistas sobre proliferação de armas pequenas e leves, tanto dentro de Moçambique como no exterior. As principais conclusões desse relatório foram debatidas durante o workshop dos atores envolvidos em cooperação com TAE em junho de 2003.

História

Talvez o fato mais marcante sobre Moçambique seja a forma positiva pela qual o país superou a guerra anti-colonial (1964-1974) seguida por uma guerra civil ainda mais sangrenta (1976-1992). Até 1992, Jim Wurst relata que pelo menos um milhão de pessoas foram mortas, enquanto outros 1,7 milhão tinham fugido do país (Wurst, 1994).

O Banco Mundial estima que quando a guerra terminou, praticamente um terço da população, 5,7 milhões de pessoas, tinham se desenraizados. Ferrovias, estradas e pontes por todo o país estavam destruídas. Metade das escolas e um terço de todas as clínicas médicas estavam destruídas ou severamente danificadas. Campos agrícolas e estradas secundárias foram prejudicados pela seca e estavam repletos de minas terrestres. Moçambique havia se tornado o país mais pobre do mundo (Banco Mundial, 1997). Hoje, o país ainda enfrenta severos problemas. Porém, está em paz, as feridas abertas pela guerra estão lentamente sendo curadas, a infra-estrutura está sendo gradualmente reparada e minas terrestres e outros artefatos estão sendo removidos. Além disso, a economia está crescendo com uma das taxas mais rápidas da África Sub-Saariana, em grande parte alimentada por investimentos sul-africanos, e a democracia amadurecendo. Muito disso tudo está sendo possível graças à

ajuda externa, mas nada disso teria ocorrido se os moçambicanos não tivessem estabelecidos uma paz sustentável.

Por volta de 1990, o governo da FRELIMO ('Frente de Libertação de Moçambique') e os rebeldes da RENAMO ('Resistência Nacional Moçambicana') chegaram à conclusão de que não tinham nada a ganhar em continuar a guerra. Provavelmente, a maioria dos seus seguidores estavam cansados do conflito muito antes, isso para não mencionar o restante da população. Normalmente, assume-se que um desejo forte e generalizado pela paz entre moçambicanos seja a principal razão pela qual os acordos de paz assinados em 1992 pelos opositores, apesar de seus vários problemas, tenha sido mantido.

Provavelmente, a falta de recursos contribuiu para o fim da guerra. Muitos observadores têm notado o contraste entre o sucesso do processo de paz de Moçambique e a busca pela paz em Angola, que durou outros dez anos e sofreu muitos contratemplos. Como em Moçambique, Angola é o país lusófono do sul da África que passou por um período de colonialismo português, uma guerra de independência, e uma guerra civil atizada por forças estrangeiras. A maioria dos analistas acredita que a paz foi mais difícil de ser atingida em Angola por causa dos recursos exploráveis do país. O MPLA e a UNITA lutaram, entre outros motivos, pelo acesso às ricas fontes de petróleo e diamante, enquanto em Moçambique os recursos disponíveis à FRELIMO (camarão) e à RENAMO (madeira) eram menos lucrativos (Collier, 2001).

Enquanto os quenianos, tanzanianos, italianos, as Nações Unidas e outros estrangeiros jogavam um papel grande em trazer junto as facções moçambicanas em guerra no começo dos anos 90, as primeiras iniciativas vieram do clérigo moçambicano. O Conselho Cristão de Moçambique, a Igreja Anglicana e a Igreja Católica Romana convenceram a FRELIMO e a RENAMO que o diálogo era a única saída para a guerra e para salvar o país. Então, quando as lutas terminaram, as igrejas tiveram um papel chave na luta por construir uma sociedade pacífica. Elas continuam tendo esse papel, usando de sua influência tanto atrás da cena como em público. TAE é provavelmente o projeto mais conhecido em se tratando dessa questão.

A Operação de Manutenção de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ), lançada em 1992, conta como sendo uma das operações de maior sucesso de seu tipo. Ela desmobilizou quase 100 mil combatentes e levou o país a sua primeira eleição. No total, ao final do processo de paz, cerca de 214 mil armas haviam sido coletadas, a maioria delas destruída. Muitas ainda foram entregues ao governo (Berman, 1996, pp. 74 e 88; Chachiua, 1999a, p. 26). Muitos moçambicanos viam as armas

que tinham como uma precaução necessária caso a guerra recomeçasse. Como resultado, quando a ONUMOZ partiu em 1995, um especialista estimou que o número de armas que ainda existia no país era de um a seis milhões (Chachiua, 1999a, p. 27).

Claramente, esse legado de armas se coloca no caminho do desenvolvimento de Moçambique em direção à paz, prosperidade e democracia. Economicamente, isso secou os recursos do país. De acordo com TAE, 70% da dívida de Moçambique era explicada pela importação de armas (TAE, 2001a, sessão 2) Além disso, a prevaência de armas, munição, minas e artefatos que não haviam explodido é um obstáculo ao comércio, agricultura, saúde, educação e a melhora da infra-estrutura física do país. Além disso, a falta de segurança gerada por artefatos sem controle também afetam a vida política e social. Enquanto que armas de porte ilegal permitem às pessoas que protejam suas famílias e propriedade, elas também geram suspeitas e medos que não ajudam no desenvolvimento em direção à paz e democracia. Finalmente, elas alimentam o aumento de crimes violentos e causam muitos acidentes sérios.

Na etapa inicial do processo de paz, esses problemas e o desejo de desarmar a população eram claros e inquestionáveis. Mas quem deveria lidar com eles? ONUMOZ tentou e fracassou. O governo, de acordo com muitas informações, foi incapaz de fazer o trabalho. Uma das razões foi a falta de recursos, mas um motivo mais fundamental foi a falta de confiança. As divisões causadas pela guerra civil deixaram as pessoas relutantes em abandonar suas armas e a percepção de corrupção e a falta de adequação no governo contribuíam ainda mais para a falta de confiança no estado e em seus funcionários. Isso, pelo menos, é o que observadores que nós consultamos acreditam.

Nas ingrejas. Em seu Programa de Ação Nacional para 2002-2004, TAE disse que

“Moçambique é o primeiro país do mundo com um governo que aceitou, em 1995, em dar à sociedade civil (Conselho Cristão de Moçambique) a completa responsabilidade pela coleta, destruição massiva de armas leves e armas ligeiras assim como todo o processo de segurança dessas questões complexas e tão sensíveis³.”

O programa, então, aponta como foi pouco comum esse passo, explicando que enquanto organizações não-

³ Isso provavelmente significa que o assunto é politicamente sensível. Esse significado de “todo processo de segurança” não é claro para nós. Questões de segurança de armas e proteção serão debatidos abaixo.

governamentais frequentemente atuam de forma proeminente em ação de armas leves em outros países,

!“...a sociedade civil nunca é autorizada a administrar (coleta e destruição) completa de armas de fogo sem a intervenção de seus governos.”

Nós podemos confirmar isso. Além disso, TAE argumenta em seu Programa de ação que a decisão de Moçambique em deixar o desarmamento da população com a sociedade civil foi a razão pela qual um diplomata moçambicano, Carlos dos Santos, foi escolhido como presidente do comitê preparatório para a Conferência da ONU para o Comércio Ilegal de Armas Leves de 2001 (TAE, 2001a).

Então, as igrejas minoritárias de Moçambique, unidas no CCM, tomaram para si o trabalho de remover e destruir um milhão de armas ou mais e quantidades imensas de explosivos de posse ilegal. Mais adiante nesse relatório, discutiremos as consequências e implicações de delegar tal trabalho às organizações não-governamentais. Entretanto, a sociedade civil não está sozinha lidando com artilharias que são mantidas de forma ilegal em Moçambique. As autoridades do governo e a polícia sul-africana mantêm uma cooperação chamada Operação Rachel que busca e destroi artilharia ilegal, e TAE ocasionalmente se inscreve para ajuda os especialistas de Rachel.

CCM lançou TAE em 20 de Outubro de 1995 na presença de representantes religiosos, governamentais e diplomáticos, assim como várias ongs nacionais e internacionais. Uma ampla campanha de publicidade informou a população sobre os objetivos do projeto e os recursos que planejava usar para atingí-los (TAE, 2001).

Acessando a Extensão do Problema

Enquanto Moçambique tem tido sucesso em manter a paz entre FRELIMO e RENAMO, o país tem tido bem menos sucesso em atingir um desenvolvimento econômico sustentável e uma governança efetiva. Enquanto que nominalmente os ganhos econômicos tenham sido impressionantes desde o final da guerra civil, parte grande do desenvolvimento é focalizado nas áreas costeiras e o “corredor do desenvolvimento” ligando o interior de Maputo à fronteira com a África do Sul. Apesar do efeitos notados, oportunidades econômicas continuam escassas para muitas pessoas nas províncias, gerando uma migração substancial tanto para a capital como para o exterior. A agricultura, o meio predominante de reprodução econômica em áreas rurais, sofreu

também extremamente das inundações em 2000 e em 2001, seguido por uma seca severa em 2002.

A combinação de pobreza, de divisões profundas na população e da fraca governança provou ser uma terra fértil para a ascensão do crime, embora Moçambique seja ainda mais calmo do que muitos de seus vizinhos. Devido também à sua geografia, Moçambique supostamente transformou-se em um dos pontos principais de trânsito para o tráfico de drogas e de outro contrabandos. Armas são traficadas também, por exemplo para as cidades da África do Sul. É extremamente difícil avaliar a extensão do problema da proliferação de armas leves em Moçambique, já que são escassas as estatísticas confiáveis sobre a posse ilegal de armas assim como dos crimes relacionados às armas.

Supõe-se que durante grande parte do período colonial, armas de fogo eram raras em Moçambique, em função do subdesenvolvimento e do controle relativamente superficial dos senhores coloniais portugueses sobre o interior negligenciado. Isso é apoiado pelas entrevistas feitas durante esta pesquisa que confirmam que as armas não eram parte do estilo de vida tradicional. Alguns entrevistados até mesmo argumentaram que a sociedade de Moçambique era inerentemente mais pacífica, parcialmente como resultado do regime colonial “benigno”, ao contrário das sociedades mais violentas nos vizinhos África do Sul e Zimbábue. Enquanto parece questionável que o regime colonial fosse certamente mais benigno em Moçambique, existe pouca dúvida de que o país “não testemunharia uma entrada maciça de armas antes do esforço nacional do libertação do início dos anos 1960 (Chachua, 1999a, p. 16).

Observadores têm estimado que existiam cerca de 45 mil armas de fogo de militares em Moçambique em 1971, baseado na existência de 35 mil soldados portugueses e 10 mil insurgentes armadas da FRELIMO (ibid., p. 16). Esse número parece ser extremamente conservador e não prevê que uma força armada regular mantenha normalmente mais de uma arma por soldado. Além disso, esse número exclui armas da polícia assim como armas de fogo de propriedade privada. Apesar dessas limitações, parece claro que o número de armas era comparativamente mais baixo pelos início dos anos 70, apesar do fato de que no início da década a luta de libertação já estivesse em andamento há seis anos. FRELIMO recebeu armas da China, da União Soviética e de outros países do Leste Europeu, enquanto Portugal encheu o país de armas para equipar tanto seus exército colonial e a

população de colonos brancos.⁴ FRELIMO, em linha com sua doutrina de uma revolução popular, seguiu uma estratégia similar de armas civis em áreas sob seu controle, tanto para auto-defesa como para ajudar em um levante armado. Essa estratégia deliberada ajudou a proliferação de armas pelo país (Chabal, 1996, p. 8).

Nenhum esforço organizado foi feito para coletar essas armas durante o breve período de paz que se seguiu após o Acordo de Paz de Lusaka, em setembro de 1974 e o começo da guerra civil entre o novo governo estabelecido pela FRELIMO e os insurgentes da RENAMO em 1976. Há pouca informação confiável sobre o número de armas que entraram no país entre 1976 e o fim do conflito em 1994. Entretanto, a maioria dos especialistas concorda que o número deve ter sido bastante substancial. O governo de Maputo durante os anos 80 gastou entre 40% e 50% do orçamento do governo em defesa (Berman, 1996, p. 43) e esses dados não incluíam armas entregues pela União Soviética na forma de créditos (Chachiua, 1999a, p. 19). Rapidamente transformada em uma Guerra Fria por procuração, a FRELIMO recebeu uma substancial ajuda militar de países irmãos socialistas, grande parte na forma de armas pequenas e leves. De acordo com relatórios de inteligência do Ocidente, cerca de 6 mil toneladas de equipamentos militares foram enviados para o Porto de Nacala apenas em fevereiro de 1977 (Africa Contemporary Record, 1978-1979, p. C331). Enquanto esses números são quase que certamente inflados, existe pouca dúvida que a importação de equipamentos militares durante esse período foi substancial.

Enquanto isso, a RENAMO inicialmente recebia armas do regime minoritário de Ian Smith na Rhodesia (atualmente Zimbábue) e mais tarde do governo do Apartheid na África do Sul. Na linha da estratégia de guerrilha da RENAMO, grande parte disso tomou a forma de armas leves e pequenas, incluindo quantidades significativas de AK-47 de fabricação soviética confiscadas pelas forças sul-africanas durante as operações em Angola e Namíbia. Outros tipos de ajuda foram providenciadas por outros estados ocidentais e por grupos privados adotando agendas anti-comunistas e pró-cristãs (Chachiua, 1999a, p. 20), enquanto algumas armas eram adquiridas por meio de termos comerciais no mercado negro em troca de marfim e madeira. Outra fonte importante de equipamento militar para a RENAMO

⁴ De acordo com o Africa Contemporary Record (1974-1975, pp. B386 e C42-44), entre maio e junho de 1974, um total de 5 mil licenças de posse de armas foram dadas aos colonos em Moçambique.

eram as armas capturadas das tropas frequentemente pouco disciplinadas do governo.

A situação foi complicada ainda mais pelo fato de que tanto a FRELIMO como a RENAMO terem um mau registro de estocagem e de procedimentos de armazenamento. É amplamente conhecido o fato de que muitas armas “perdidas” durante as quase duas décadas de guerra civil terminaram nas mãos dos civis, ou foram escondidas pelos combatentes como um “seguro de vida” para o período pós-conflito. Enquanto isso, a FRELIMO continuou suas práticas de distribuir armas, incluindo rifles automáticos para grupos paramilitares (como em formações do partido e brigadas de fábricas) e para a população em geral. De acordo com um ex-funcionário da FRELIMO, a motivação para essa distribuição era puramente política

“Os militares não eram sequer consultados e, obviamente, não se tinha em mente a necessidade de um controle de armas. De um ponto de vista militar, a distribuição de armas para (a) população civil não fazia sentido. Deveria ter havido mais cautela mesmo para os grupos de milícia. Pois aquelas armas poderiam acabar fortalecendo o inimigo – o que acabou ocorrendo na maioria das vezes. Mas a liderança política julgava (a distribuição) correta.” (ibid., p. 21).

Não há informações confiáveis sobre o número total de armas em circulação no final da guerra civil. De acordo com a estimativa amplamente citada de Smith (1996, p. 6) em 1995 seis milhões de AK-47s poderiam estar circulando em Moçambique. Não está bem claro se esse número deveria incluir os 1,5 milhão de rifles de assalto que, de acordo com a mesma fonte, foram distribuídos pelo governo para os civis. Num país com cerca de 16 milhões de pessoas e com apenas 150 mil combatentes regulares no momento do acordo de paz, esses números parecem ser extremamente exagerados. Entretanto, enquanto esse número inflado ainda forma a base para muitas análises de ações de armas leves, não deve haver dúvidas que o problema da proliferação sem controle de armas pequenas e leves em meados dos anos 90 era bastante substancial.

A situação não foi beneficiada pelo fato de que, apesar dos resultados impressionantes do programa de desmobilização da ONUMOZ, muitos ex-combatentes preferiam manter escondidas algumas de suas armas em terrenos difíceis antes de relatá-las às áreas de coleta da ONUMOZ. Com relação às unidades da RENAMO, vários ex-combatentes entrevistados no contexto desse projeto confirmaram a existência de uma estratégia deliberada para esconder volumes substanciais de armas e de munição como uma precaução caso o processo de paz fracassasse. Acredita-se que esses esconderijos da RENAMO são

mais numerosos nas ex-fortalezas da RENAMO. Isso deixa três grupos diferentes de armas ilegais não coletas no final do processo de paz (Chachiuu, 1999a, p. 27):

- Nos esconderijos de propriedade das partes em guerra, em particular pela RENAMO, sendo a maioria localizada em áreas inacessíveis nas proximidades de suas ex-áreas de operação;
- Nos esconderijos de soldados individuais e de membros de milícias, normalmente localizados em residências privadas ou em suas proximidades.
- Armas individuais por civis, seja originárias da distribuição do governo seja compradas individualmente, e também normalmente localizadas em casas privadas ou escondidas nas proximidades.

Enquanto o acordo de paz de Lusaka marcou o fim da violência motivada politicamente em Moçambique, a forte demanda por armas de fogo automáticas por grupos criminosos na vizinha África do Sul, durante a segunda parte dos anos 90s, significou que a troca de armas pelas fronteiras havia se tornado um problema importante. Ex-combatentes vindos das duas partes, preocupados com razão sobre as perspectivas do período de paz, se utilizaram das oportunidades de mercado criadas pela alta demanda na África do Sul e venderam tanto suas armas pessoais e o que existia nos esconderijos ao longo da fronteira porosa. Alex Vines (1996, p. 7) cita um ex-soldado da FRELIMO dizendo “nós sabíamos que armas eram um bom negócio. Por isso, mativemos as melhores para nós. Eu vendi algumas para intermediários de Joni [Johannesburgo] e fiquei com outras para o futuro. [...] FRELIMO nunca iria nos pagar pelos anos que fomos obrigados a lutar. Temos que nos cuidar.” Essa visão era compartilhada pelo chefe do grupo parlamentar da RENAMO, que afirmou que “os soldados não têm dinheiro e existe muito equipamento militar no mato.” (Oosthuysen, 1996, p. 49).

Na falta de estatísticas confiáveis, é impossível quantificar essas transferências transfronteiriças, mas o governo sul-africano estava suficientemente preocupado em enviar equipes da polícia especializada a partir de 1995 para conduzir operações de coleta e destruição de armas em conjunto com seus homônimos moçambicanos.

A dupla “Operação Rachel” (veja quadro), esse raro exemplo de cooperação policial transfronteiriça ainda ocorre no momento desta pesquisa e tem tido sucesso em destruir mais de 30 mil armas de fogo, além de várias toneladas de munição, explosivos e

outros equipamentos militares (veja estatísticas detalhadas para a Operation Rachel 1-9 no anexo).

Na década após o fim simultâneo do regime da minoria branca na África do Sul e do fim da guerra civil em Moçambique, iniciativas como a “Operation Rachel” têm contribuído para a redução no contrabando transfronteiriço de armas. Melhores procedimentos de administração das fronteiras e troca de inteligência, assim como a redução da demanda por armas ilegais na África do Sul (que provavelmente chegaram a um pico em 1996/97), também tiveram um impacto no comércio ilegal. Outro fator seria o de que enquanto o mercado negro da África do Sul atinge um ponto de saturação, levando à redução dos preços de mercado, diminui o número de esconderijos de armas de fácil acesso nas proximidades da fronteira sul-africana. Entrevistas com ex-soldados da RENAMO no contexto desta pesquisa confirma que os potenciais beneficiados precisam ir cada vez mais para dentro da mata para ter acesso aos esconderijos de armas ainda existentes, o que invariavelmente se traduziria em custos mais altos no mercado negro, tornando o comércio transfronteiriço menos lucrativo. Existem até mesmo algumas indicações que armas automáticas estão agora sendo contrabandeadas para Moçambique (UN, 2002, p. 8), indicando que armas de esconderijos locais já não podem satisfazer a demanda (comparativamente baixa) dos grupos criminosos locais.

Diante da população traumatizada e empobrecida, de ex-combatentes com pouco em termos de futuro e da crescente disparidade de renda como resultado das políticas econômicas governamentais orientadas para o mercado, poderia-se assumir que a ampla disponibilidade de armas em Moçambique poderia gerar um forte aumento da violência armada. De fato, relatórios dos últimos anos da década de 90 citam evidências pontuais do aumento do crime, particularmente na área da grande Maputo (Chachua, 1999a, pp. 34-35; Oosthuysen, 1996, p. 47). As poucas estatísticas disponíveis registram um salto de cerca de um terço nos crimes reportados entre 1994 e 1996, ainda que a parcela de crimes relacionados com armas tivesse se mantido constante em cerca de 4,2%. Infelizmente, nenhuma outra estatística recente está disponível até o período em que esta pesquisa está sendo escrita. Portanto, os autores têm tentado investigar o número de crimes relacionados com arma por meio de entrevistas com chefes da polícia local em Maputo, Beira, Quelimane e Mopeia. O resultado dessa enquete informal mostrou um cenário bastante diferente se comparado com relatórios anteriores.⁵ Todos os

5 Os autores estão conscientes das limitações dessa abordagem de coleta de informações. Infelizmente, fontes limitadas impedem os

oficiais de polícia entrevistados para esse relatório confirmaram que o número de crimes relacionados com armas era de fato bastante baixo e que esse número tem ficado estável no período entre 1998-2003 e muito inferior comparado com o período 1992-1995 (entrevista Ministério do Interior, Maio 2003). Sem surpresas, a maioria dos casos era registrado na área de Maputo e normalmente envolviam o uso de armas em assaltos armados e roubos de carro. Esse último tem sido também a causa de preocupação ao longo da Rodovia Nacional Número Um, onde caminhões e motoristas individuais têm sido alvos de bandidos armados (Entrevista Ministério do Interior e Chefe da Polícia de Beira, Maio 2003).

Essa avaliação foi confirmada durante as entrevistas com os oficiais de polícia (Maio 2003) na segunda maior cidade de Moçambique, Beira. Capital da província de Sofala e cidade portuária importante no final do corredor de transporte de Tete, ligando a costa aos países sem litoral como Malawi e Zimbábue, a cidade observou combates violentos durante a guerra civil. Apesar disso, a polícia confirmou que existiam poucos incidentes de crimes relacionados a armas. Em média, um caso por mês. Enquanto a cidade tem índices de criminalidade substancialmente maiores que o interior, a maioria é de natureza não-violenta. Os representantes da polícia mencionaram a presença contínua de bandidos armados ao longo da Rodovia Nacional Número Um, mas argumentavam que o número de assaltos, que chegou em seu pico a 7-8 casos por semana em meados dos anos 90, é agora bastante menor, em parte graças a uma unidade especial de reação rápida da polícia posicionada na província. Enquanto o representante da polícia reconhece a existência de um mercado negro de armas na cidade, ele argumenta que a maioria delas vem de “vazamentos” de grandes bases militares na cidade, onde soldados mal-pagos estavam dispostos a vender ou alugar (por um preço de cerca de US \$20) suas armas de fogo para criminosos.

Entrevistas com representantes da polícia em Quelimane (Maio 2003), a capital a província de Zambezia, apontam para um cenário ainda mais pacífico. De acordo com o chefe da polícia, não existe um mercado negro para armas de fogo na província, apesar de que a área tenha sido testemunha de violentos combates

autores de conduzir uma pesquisa mais compreensiva, que seria necessário para acessar o impacto real de armas leves na situação de segurança de Moçambique. Apesar disso, a visão geral expressa por representantes da polícia com respeito aos crimes relacionados às armas foi confirmada por representantes da sociedade civil entrevistados pelos autores.

durante a guerra civil e que tenha, ao longo da vizinha província de Sofala, várias bases importantes da RENAMO. Enquanto alguns incidentes isolados de roubos armados são registrados, a polícia argumenta que houve apenas dois casos no período entre janeiro e maio de 2003. A polícia reconhece que os esconderijos substanciais de armas ainda existem na província, a maioria nas profundezas da mata inacessível e, enquanto estoques substanciais de armas são recuperados pela polícia, normalmente como resultado de descobertas acidentais por fazendeiros, o chefe da polícia estava mais preocupado sobre seu potencial em gerar acidentes que sobre os crimes.

Em resumo, é necessário esclarecer que o problema da proliferação de armas leves em Moçambique parece ser exagerada por muitos observadores. Enquanto Maputo e a região da capital relativamente próspera sofre de uma atividade criminal substancial (grande parte relacionada à propriedade), ela tem sido preservada dos níveis de crime normais em outras capitais africanas, incluindo a vizinha África do Sul. As capitais das províncias e cidades secundárias, em contraste, são bem mais pacíficas, enquanto as áreas rurais observam virtualmente nenhum crime violento cometido com armas de fogo. Isso parece indicar que ou o número real de armas em circulação é bem menor que o que se havia estimado previamente, ou que a maioria dessas armas que são retidas de forma ilegal após a guerra civil era contrabandeada pela fronteira nos anos 90 ou escondidas em locais extremamente inacessíveis. Isso é confirmado por uma análise de armas recuperadas durante nossa visita à Moçambique por TAE – grande parte das armas operacionais (que eram as que poderiam ser mais atraentes para os criminosos) foram recuperadas de esconderijos em áreas remotas, enquanto as armas entregues em menor quantidades em áreas urbana e semi-urbanas eram frequentemente não-operacionais. Até mesmo províncias com altos números de esconderijos da RENAMO relatados, como Sofala e Zambezia, mostraram índices de criminalidade extremamente baixos. Em contraste, relativamente poucos esconderijos poderiam existir perto de Maputo, embora a capital mostre os mais altos incidentes de crimes relacionados a armas, indicando que as armas provavelmente vieram de outras partes. Além disso, enquanto muitos observadores (Oosthuysen, 1996, p. 47) preveram que os ex-combatentes cairiam no crime como meio para sobreviver, a polícia confirmou que em 2003 a vasta maioria dos crimes foram cometidos por jovens entre 20 e 35 anos sem qualquer relação, frequentemente vindos de áreas urbanas (Ministério do Interior, Maio 2003).

Os problemas colocados pela proliferação de armas leves e pequenas continuam a ser substanciais. Entretanto,

contrariamente ao que foi relatado em outros lugares, os autores desse relatório acreditam que o tamanho e o impacto do problema foi super-dimensionado no passado. Esconderijos de armas continuam sendo achados no interior e colocam um risco real de acidente para quem os descobrem. Igualmente, armas individuais mantidas da guerra poderiam ser uma fonte de acidentes e – mais raramente – poderiam terminar com grupos criminosos. Dada a falta de acesso a muitos esconderijos e à baixa demanda o mercado negro, a recuperação de armas por grupos criminosos atualmente faz pouco sentido econômico. Esses fatores providenciam um ambiente benigno para programas de coletas voluntárias, como o que é operado pelo projeto TAE.

No que se refere a controle de armas, o governo de Maputo supostamente seria bastante severo, mas suas possibilidades são limitadas não apenas pela falta de dinheiro, equipamento ou funcionários qualificados, mas também por suas leis e instituições serem menos adequadas. Foi desenvolvido o Plano de Ação Nacional para implementar o Programa de Ação da ONU sobre Armas Leves de 2001, mas precisa recursos para sua implementação apropriada. Uma nova lei sobre armas de fogo também está sendo desenhada para substituir a lei ultrapassada de 1973 introduzida pela potência colonizadora, Portugal. Essa lei não inclui certos tipos de armas, nem impõe penalidades adequadas aos delinquentes (United Nations, 2002, p. 9).

Metas e objetivos do projeto TAE

Em termos gerais, parece bastante claro o que TAE faz e o que espera atingir. Entretanto, é difícil debater esses assuntos de forma sistemática e em detalhe pois TAE descreve suas metas, objetivos e atividades de forma diferente em vários documentos do projeto. Isso ocorre até mesmo com um mesmo documento, como o texto básico de TAE, *Informações de Base*, que é atualizado de tempos em tempos, mas não traz uma data.⁶

De acordo com esse texto, a meta principal de TAE é a de “estabelecer uma cultura de paz” em uma país devastado pela guerra e desastres naturais (Transformação de Armas em Enxadas, 2000). Para isso, o projeto busca “fortalecer a democracia e a sociedade civil encorajando a população a participar de forma ativa em atividades de manutenção da paz, promovendo reconciliação e facilitando a o início de atividades

⁶ O projeto também dá várias rendições de seu nome em Inglês, às vezes chamados de “Ferramentas para o Projeto de Armas” e em outra instância no projeto “Transformando Armas em Enxadas”. Ocasionalmente, “a Cultura de Paz” é adicionada ao nome.

produtivas para a população. O projeto também encoraja a integração sociais do grupo alvo”, (Transformação de Armas em Enxadas, 2000) isto é, ex-combatentes e outros de posse ilegal de armas e explosivos.

De acordo com o documento básico do projeto TAE, *Informações de Base*, os cinco principais componentes do projeto são:

1. Coleta de Armas⁷
2. Troca de armas por ferramentas
3. Destruição de armas
4. Educação cívica dos beneficiários⁸ e de comunidades adjacentes
5. Transformação das armas destruídas em peças de arte e apresentando-as ao público. (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

O relatório TAE publicado em 2001 adiciona dois outros componentes:

6. “Compartilhar a experiência TAE promovendo Paz e Reconciliação durante vários eventos/atividades de Paz e Reconciliação nacionais e internacional” e
7. “Melhorar o projeto TAE por meio de uma constante proposta de novas idéias práticas (Transformação de Armas em Enxadas, 2001)

O documento *Informações de Base* do TAE continua distinguindo em maiores detalhes

i) Objetivos Gerais

- ajudar a construir uma cultura de paz
- ajudar e manter uma transição pacífica em Moçambique após a guerra
- oferecer alternativas de modo de vida aos donos de armas

ii) Objetivos Específicos

- coletar e destruir todas as armas disponíveis
- transformar armas em “enxadas”, isto é, oferecer ferramentas úteis para entregar armas

⁷ Quando TAE fala sobre armas, frequentemente dá sinais de que inclui munição e explosivos

⁸ TAE usa esse termo para denotar que os receptores dos bens oferecidos em troca da artilharia

- reduzir a violência e educar a sociedade civil sobre os resultados disso
- transformar armas destruídas em esculturas e outras formas de arte. (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

Informações de Base também especifica que grupos alvos do TAE são compostos por “donos ilegais de armas, ex-combatentes e todos os outros dispostos a compartilhar informações sobre esconderijos existentes de armas ou armas de qualquer tipo mantidas individualmente” (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

E segue listando os “resultados esperados e benefícios passados tangíveis”

- Reduzir o número de armas circulando no país
- Diminuir acidentes devido aos esconderijos de armas
- Diminuir atos de criminalidade e violência
- Re-integrar socialmente os membros dos grupos alvos envolvendo-os em atividades produtivas
- Melhor aceitação do princípio da cultura de paz entre a população por meio de sua participação em atos de reconciliação.(Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

Além disso, o documento também descreve a ampla cobertura de imprensa que TAE goza, especialmente em Moçambique, mas também na imprensa estrangeira (Transformação de Armas em Enxadas, 2000). O documento providencia exemplos do impacto das ferramentas e outros itens úteis dados por TAE para pessoas dando informações ou entregando artefatos.

- Uma mulher local foi capaz de iniciar seu negócio usando os incentivos recebidos em troca de armas (uma máquina de costuras). Ela agora busca formas para expandir seus negócios.
- Uma jovem mulher cuja casa foi destruída pelas recentes enchentes foi capaz de começar um processo de reconstrução de seu lar com a ajuda de sacos de cimento trocados com TAE.
- Um ex-soldado criança, capturado por uma das facções em luta durante a guerra civil em Moçambique, recebeu vários materiais em troca de informações que levaram à descoberta de dois esconderijos de armas enterrados por ele mesmo após a guerra.
- Um joven estudante universitário recebeu um dicionário Oxford English em troca de suas armas.

- As várias bicicletas que foram trocadas agora estão sendo usadas para aliviar o stress de trazer diariamente às famílias elementos essenciais como água, madeira para o fogo ou levando produtos para o mercado para a venda. (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)
- Um programa de educação cívica iniciado pela Igreja anglicana em Maputo tem tido sucesso em conseguir que algumas crianças tragam suas armas de brinquedo para o escritório do projeto TAE para a destruição, em troca de outro brinquedo.
- Por meio da doação de um pequeno trator por um parceiro japonês, dois grupos de pessoas na região de Manhica e de Chibuto competiram pelo trator. O segundo grupo levantou com sucesso 500 armas e, portanto, o trator foi dado a eles. (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

Em relação à criação de esculturas a partir de armas destruídas, o documento relata

A criação de centenas de trabalhos de arte a partir de fragmentos de armas, pelo Núcleo de Arte Associação de artistas de Maputo, tem providenciado um símbolo para a paz: artistas, por exemplo, tem criado com as armas destruídas: motocicletas, vários tipos de animais e pássaros, estátuas tradicionais africanas, um jazzista, uma mesa e cadeira, etc (Transformação de Armas em Enxadas, 2000)

Nós, agora, tentaremos providenciar nossa própria interpretação das metas do TAE. Fazendo isso de forma simples e clara, iremos estimar melhor o sucesso de TAE. Tentaremos evitar mal-interpretar as intenções do projeto.

A impressão que obtivemos durante nossa visita em 2003, e lendo os documentos escritos durante os sete anos do projeto, é que na prática, TAE quer remover o maior número possível de armas e munições da sociedade moçambicana. Esse é, de longe, o maior objetivo. Praticamente todas as demais atividades servem para apoiar essa função principal. Em nossa avaliação, distribuindo produtos úteis em troca de armas, o palco das campanhas de educação civil, a produção e exibição de armas em arte e focalizando a atenção do projeto TAE em casa e no exterior servem, na prática, para fortalecer a principal função de TAE, mesmo se TAE sugere que são igualmente importantes.

Mas além da redução de armas está uma meta maior. Tendo como alvo a posse ilegal de armas e explosivos, TAE quer contribuir para a paz em Moçambique. Esse é o objetivo máximo. Como é que a redução das armas, na opinião de TAE, levará a uma maior segurança e uma paz mais duradoura? Afinal de contas, removendo armas não produz automaticamente a paz.

Em primeiro lugar, tornando mais difícil para ativistas políticos e criminosos a obtenção de armas e balas. Esse será o caso se as ferramentas da violência são supridas em menores quantidades ou se pessoas as escondem de forma mais cuidadosa. Em segundo lugar, demonstrando que é tanto possível como benéfico à população civil de se desfazer de armas e explosivos que possuem ilegalmente. Aqui, educação civil e o oferecimento de incentivos é útil. Em terceiro lugar, ampliando o movimento de remover armas ilegais da sociedade moçambicana, tanto por meio da expansão do projeto TAE e pela promoção esforços por outros. Neste caso, a coleta de fundos e relações públicas são essenciais.

Agora vamos ver o que TAE tem atingido e como suas realizações tem sido comparadas com suas metas e objetivos.

Produção e Impacto

Em seu relatório para a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), TAE relaciona seus “objetivos” à “produção”, “resultado” e “resultados de fato”, (Transformação de Armas em Enxadas, 2001). Isso nos dá uma estrutura útil para nossa discussão.

Coleta de Armas

No que se refere à coleta e destruição do maior número de armas possível em Moçambique, TAE aponta às suas estatísticas de coleta. Os dados mais recentes disponíveis (Outubro 1995 - Outubro 2003) indicam que TAE coletou 7.850 armas, 5.964 peças de artilharia que não explodiram, como minas e granadas de vários tipos, 256.537 peças de munição e várias outras peças de equipamento militar, somando um total de 270.351 itens que incluem desde balas à armas (Transformação de Armas em Enxadas, 2003).

Essa informação parece ser razoavelmente confiável, pelo que podemos ver. Como um contraste, alguns dos textos onde TAE traz os resultados de sua coleta de armas são confusos e enganosos. Em seu relatório de seis meses para a CIDA, TAE argumenta que ultrapassou a marca de “200 mil peças de armamentos coletadas” em setembro de 2001. (Transformação de Armas em Enxadas, 2001), e em sua *Informação de Base* e em outros documentos, TAE afirma que coletou “acima de 221.000 peças diferentes de armamento e acessórios” (Transformação de Armas em Enxadas, 2000). Essas afirmações soam como se TAE tivesse coletado mais de 221.000 armas, ao lugar de alguns milhares de armas e mais de 200.000 balas e outras partes de equipamento

militar. Infelizmente, essa confusão parece ser deliberada. Em outra ocasião, TAE tem literalmente argumentado que coletou 200.000 armas.

Em abril de 2002, o coordenador nacional do TAE, Albino Forquilha, disse à uma agência de notícias de Portugal “que desde a criação do TAE, esse projeto do CCM resultou na coleção e destruição de cerca de 200.000 armas...” Ele também nota que o CCM precisa de cerca de US\$ 19 milhões para tornar viável o programa Transformação de Armas em Enxadas (TAE) para os próximos três anos. O programa planeja coletar um total de 100.00 mil armas por ano.”(Agência Lusa de Notícias, 10 de abril de 2002)

E alguns meses depois, Sr. Forquilha disse à reporters sul-africanos que um órgão de coleta de armas estabelecido por um conselho tinha encontrado 260.000 mil armas desde 1995, que são destruídas ou transformadas em objetos úteis ou em arte. O órgão não pôde dar conta de todas as chamadas recebidas sobre armas, disse ele. "Com recursos financeiros, seremos capazes de coletar pelo menos 100.000 armas por ano." (South African Press Association, 2002).

Claramente, TAE tem exagerado em várias ocasiões os resultados de sua coleta de armas usando palavras como “armas” para uma ampla gama de itens militares, dos quais 90% são balas. Entretanto, a confusão não pára por aí. Em 2002, TAE relatou à CIDA no resumo executivo de seu relatório que seus resultados incluíam “mais de 68 mil armas coletadas”, enquanto o texto em seu total e a estatística da coleta em anexo mostraram os números apontados anteriormente por nós. (Transformação de Armas em Enxadas, 2002) Não temos idéia como o relatório chegou ao dado de 68 mil armas mencionado no resumo executivo.

Resultado de Coletas do Projeto TAE de 20 de Outubro de 1995 até 14 de Outubro de 2003¹

Tipo de armas	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	C. Del.	Zamb.	Total
AKM	76	279	120	718	193	604	102	355	639	3	1582	4671
Pistolas (várias)	36	55	27	28	20	29	194	33	91	2	239	754
MG	2	7	1	6	5	5	1	0	0	0	14	41
PPX	82	79	85	17	84	13	6	69	120	1	5	561
Bazuca	17	14	5	53	12	3	0	0	31	0	15	150
Morteiros (vários)	2	7	0	3	6	87	0	10	0	0	1	116
Metalhadora PK	1	9	3	18	1	3	0	0	0	0	42	77
Peças de Metalhadoras	8	15	2	1	2	4	0	0	0	0	0	32
Mauser	12	23	4	2	9	15	9	12	0	0	197	283
G3	4	11	71	6	2	2	4	10	4	0	72	186
Semi-automáticas	19	10	145	13	13	5	19	1	4	0	34	263
Lança Granadas	18	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
Rifles	3	1	2	2	1	7	221	1	52	1	229	520
FBP	0	0	0	0	0	0	0	80	29	0	0	109
M20	0	0	0	0	0	0	32	0	0	0	0	32
ZG1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2	5
Armas coletadas	280	543	465	867	348	777	590	571	970	7	2432	7850
Outros itens coletados												
Explosivos	1172	844	57	103	33	240	355	85	1856	34	1185	5964
Munição	10489	9943	2881	33307	10226	19227	40059	22669	200507	3494	102907	455709
Cartuchos etc.	147	128	371	187	26	112	160	46	3	0	8	1188
Outros equipamentos	5	7	1	0	2	4	1	3	6	0	1	30
Baionetas	75	4	1	1	0	34	0	0	3	0	2	120
Total Geral	12168	11469	3776	34465	10635	20394	41165	23374	203345	3535	106535	470861

¹ This table is based on data provided by TAE. The weapons categories were defined by TAE. The columns C. Del. (Cabo Delgado) and Zamb. (Zambezia) are referring to two TAE 'satellite' offices, which are operating semi-independent from the headquarter in Maputo.

As tabelas e estatísticas de coleta de TAE parecem mais consistentes e precisas que seus textos. Essas tabelas indicam que, desde 1995, TAE tem coletado cerca de mil armas por ano, além de consideráveis quantidades de artilharia não explodida, munição e outros itens militares. No que se refere ao desarmamento da população moçambicana, essa safra é bastante pequena. Não vimos qualquer evidência estatística que dê base ao argumento de TAE que a remoção de armas e munição tem gerado uma queda no crimes relacionados à armas ou acidentes. A qualquer taxa, é praticamente impossível obter estatísticas confiáveis sobre esses assuntos em Moçambique.

As 7.850 armas coletadas por TAE desde 1995 são menos de aproximadamente 30.000 armas recuperadas e destruídas pelas nove Operações Rachel que ocorreram mais uma mesmo durante o mesmo período (seja estatísticas da Operação Rachel no anexo).

Entretanto, Operação Rachel é um projeto dos governos da África do Sul e de Moçambique, enquanto TAE é inteiramente conduzido pela sociedade civil. Além disso, algumas dessas armas coletadas por TAE estão incluídas nos dados para a Operação Rachel devido ao fato de que o programa do governo destrói armas coletadas pelas igrejas. Considerando todos esses elementos, não poderia ser considerado uma realização um projeto de coleta de armas conduzido pela igreja por sete anos e que tenha coletado milhares de armas e grandes quantidades de munição e explosivos. O que é marcante é o fato de que fizeram isso com um apoio governamental bastante limitado.

Como é que a coleta e destruição de armas e explosivos recuperados por TAE afetaram Moçambique? Não acreditamos que o programa tenha tornado mais difícil para ativistas políticos, criminosos ou quem quer que seja se armarem. Entretanto, demonstrou que é possível e talvez vantajoso para a população ajudar TAE em se livrar de armamentos e explosivos ilegais. Sem a Operação Rachel e TAE, não haveria ninguém desafiando de forma séria a normalidade da disponibilidade ampla das armas no país. Graças a esses dois programas, partes significativas da população estão descobrindo que pode não ser uma boa idéia manter armamentos ilegais, e que existem muitos benefícios em desistir de possuir essas armas.

Essa mensagem é, por suposto, reforçada e ampliada pelas atividades de educação cívica de TAE e seu sucesso em chegar à mídia moçambicana. É nossa impressão que o programa de arte de TAE não teve um grande impacto dentro do país. O cenário artístico de Maputo está muito distante da vida da maioria dos moçambicanos. Entretanto, o programa de arte tem sido de fato muito importante para a relação pública de TAE fora do país e provavelmente tornou muito mais fácil arrumar fundos para o

programa. Portanto, o projeto de arte pode ter tido um impacto indireto bastante significativo nas atividades de TAE em várias partes do país. Esse efeito pode estar sendo desgastado, agora que muitos doadores potenciais sabem sobre a história de transformar armas em arte e que os artistas mostram mais interesse em avançar em suas carreiras que na promoção do projeto TAE.

Como veremos na seção sobre educação cívica, TAE está planejando uma atividade sobre gênero. Até agora, o projeto tem mostrado pouca inclinação em considerar os vários caminhos que homens e mulheres experimentam a proliferação e a recuperação de armas. A forma pela qual o projeto premia influentes ex-combatentes pode não ser encorajadora para mulheres sofrendo de insegurança e de violência armada. De outro lado, poderíamos imaginar que as mulheres têm, de uma forma geral, simpatia aos esforços de TAE em se livrar das armas na sociedade. Infelizmente, apenas podemos especular sobre essas importantes questões.

Abastecimentos de Ferramentas e Outras Iniciativas

Nos seis anos entre o lançamento do programa em 1995 até setembro de 2001, TAE distribuiu quase 7 mil quilogramas de commodities e cerca de 1,7 milhão de Meticais (cerca de US \$73 em dinheiro). Os itens incluíram bicicletas, máquinas de costurar, folhas de zinco para a construção de telhados, ferramentas agrícolas, material de construção e uma ampla variedade de outros itens (Transformação de Armas em Enxadas, 2002).

A troca de artilharia por bens produtivos tem sido o objeto de muita avaliação no TAE. O projeto conduziu uma avaliação das necessidades para selecionar os prêmios mais apropriados, embora um dos voluntários do CUSO previamente designado ao TAE acredite que agora precisam ser re-examinados (Entrevista Brun, Março 2003). O critério usado para determinar o tamanho de um prêmio que uma “fonte” deveria receber não é claro, mas a maioria dos atuais e ex-funcionários concordam que alguns dos pontos mais importantes são:

- 1) O volume de artilharia oferecida, que pode variar imensamente.
- 2) A condição dessa artilharia, que os funcionários argumentam ser normalmente muito boa.
- 3) O tipo de artilharia oferecida. Itens perigosos ganhem mais pontos.

- 4) A característica da fonte. De acordo com os funcionários, receptores que merecem acabam ganhando mais.⁹
- 5) ‘Valores Sociais’, isto é, o provável impacto do prêmio.

É importante notar que o projeto TAE premia pessoas que providenciam informações que levam à recuperação de artilharia ou a entrega dessa artilharia. Eles são mencionados como “fontes” ou – quando estão para receber prêmios – “beneficiários”. Essas fontes não são necessariamente as pessoas que de fato estão de posse da artilharia. A fonte pode levar funcionários do TAE às esconderijos de armas que pertencem a eles mesmo, a suas famílias, vizinhos, seus rivais, ou quem quer que seja. Além disso, podem ter obtido a artilharia por de outras pessoas por compras, permuta ou roubo. Finalmente, os itens podem ser se sua própria posse.

Durantes nossa missão, falamos com um beneficiários em Boane, perto de Maputo, que pagou a amigos e conhecidos para dar armas e explosivos ao TAE em troca de máquinas de costura. Essas máquinas o permitiu expandir e modernizar sua alfaiataria no mercado central de Boane. Ele parece satisfeito com o acordo e pronto para continuar com ele. Nesse caso, foi o alfaiate, seus trabalhadores e família e as pessoas que supriram a artilharia que se beneficiaram da troca. Provavelmente, haviam benefícios indiretos para outras pessoas também. Não detectamos nenhum efeitos adversos, mas quando viemos para discutir o método de operação do TAE, nós discutiremos o risco de efeitos não esperados.

É difícil avaliar o impacto de providenciar bicicletas, ferramentas e material de construção a pessoas que ajudaram TAE e recuperar armas ilegais. Definitivamente, os receptores se beneficiaram. Quem são eles? De uma forma geral, não são mulheres esperando começar seu negócio ou jovens e bravos estudantes, como o exemplo do Tae sugere. O perfil típico parece ser o ex-combatente com cerca de 40 anos, que é uma pessoa com influência em sua comunidade e acostumado em fazer negócios.

⁹ Entretanto, isso pode gerar um conflito com o desejo do projeto de coletar o máximo possível. Em alguns casos, os funcionários devem enfrentar a tentação de dar prêmios generosos para um influente homem comum na esperança de, no futuro, fazer negócios com eles.

Operação Rachel

Operação Rachel começou em 1995 e se tornou um exemplo de um programa de coleta e destruição de armas que buscou diminuir o movimento de armas de fogo ilegais pelas fronteiras nacionais, em particular sobre as fronteiras de Moçambique e da África do Sul.

Tanto os governos democraticamente eleitos de Moçambique e da África do Sul vem passando por suas transições, estão enfrentando o aumento dos níveis de crimes violentos exacerbados pela proliferação generalizada de armas leves. Em 1995, a África do Sul e Moçambique assinaram um acordo para combater o crime de forma conjunta. A meta da Operação Rachel é o de destruir esconderijos de armas ainda enterrados em Moçambique após a guerra civil do país e a transição para o regime democrático e se refere ao desarmamento, controle de armas e prevenção do crime.

Seus objetivos são dois:

- Prevenir que armamentos desses esconderijos sem controle caiam nas mãos de traficantes/contrabandistas que levariam os produtos ao mercado negro, principalmente o sul-africano, onde são usados para cometer crimes e atos de violência.
- Remover e destruir dispositivos e materiais explosivos instáveis desses esconderijos e, assim, prevenir danos a civis inocentes que vivem na vizinhança desses esconderijos.

Da perspectiva do governo sul-africano, a coleta e destruição de armas leves em Moçambique não é (apenas) um tema relacionado aod desarmamento e controle de armas, mas uma questão de prevenção do crimes. "A destruição dos esconderijos de armas em Moçambique é visto como uma extensão natural da luta contra o crime nas cidades e vilas da África do Sul". Como disse o Comissário Nacional do Serviço de Polícia Sul-Africana, Sr J.S. Selebi, "a destruição desses esconderijos de armas em Moçambique com a ajuda do Serviço de Polícia Sul-Africana é parte de nosso mandato em manter a lei e a ordem dentro (nossa ênfase) da África do Sul".

Para Moçambique, a Operação Rachel é um meio importante para desmilitarizar sua sociedade. Quando a Missão de Manutenção da Paz da ONU em Moçambique (UNOMOZ) foi retirada aos poucos de Moçambique, logo se percebeu que havia uma crescente disponibilidade de armas de fogo que colocavam uma ameaça à segurança, paz e estabilidade social. Depois de identificar armas escondidas em esconderijos como uma fonte

importante dessas armas, e para reduzir o potencial de violência, o governo de Moçambique definiu como uma prioridade o local e a destruição final de todas essas armas.

África sul e Moçambique estiveram assim cientes da natureza "transfronteiriça" do crime e conseqüentemente da necessidade combatê-lo em um nível nacional e regional. Como tal, a Operação Rachel impede que as armas causem uma destruição ainda maior na região como um todo e, em particular, que estejam sendo usadas em crimes violentos na África do Sul e em Moçambique.

Entre 1995 e 2002, oito operações que consistiam em umas 19 missões foram empreendidas. No total, 611 esconderijos de armas foram localizados e destruídos. Todas as operações foram realizadas em colaboração com membros do Serviço Policial Sul Africano (SAPS) que formaram equipes com os oficiais das polícias nomeadas pelo Departamento Nacional de Operações da polícia da República de Moçambique (PRM). Em um desenvolvimento original com respeito à assuntos de desarmamento, a Operação Rachel recebeu o apoio tanto da comunidade internacional de doadores como do setor privado na África do Sul.

O sucesso da Operação Rachel ocorre graças, na parte, às operações consistentemente bem planejadas e executadas assim como um grau elevado de cooperação entre os estados relevantes. A maioria das áreas ou de províncias de Moçambique foram cobertas por uma ou por mais de uma das várias operações, incluindo: Cabo Delgado; Gaza; Inhambane, Massingir, Maputo, Manica, Nampula, Niassa, Sofala, Ponto d'Ouro e Zambezia.

Os tipos de armas e de peças e de acessórios de armas coletados e destruídos incluíram: minas anti-personnel, minas anti-veículo, impulsadores, canhões, minas/carregadores de demolição, detonadores, granadas de rifle, granadas da mão, pistolas de mão, armas pesadas, iniciadores, fusíveis, lançadores, armas leves, compartimentos, morteiros, projéteis, rifles, motores de foguete, foguetes, munição de armas leves e peças de armas.

Os artigos geralmente encontrados incluem: Os rifles de assalto da série AK47, metralhadoras Uzi, as pistolas Makarov, Browning e Tokarev, os foguetes PG-7 e os lançadores RPG-7, morteiros 82mm, munição do canhão de 75mm e foguetes de 122mm.

Noel Stott

Institute for Security Studies, Pretoria

Resultado de Coleta de Armas 1995 - 2003

Tipos de Armas	1995	1996	1997	1998	1999
Armas de mão	8	13	79	353	453
Sub-metralhadoras	91	68	980	735	1874
Rifles	981	355	4345	3183	8864
MG Leves/Pesadas	47	52	279	467	845
Morteiros	15	44	35	21	115
Munição	23153	136639	3000000	155314	3315106
Tipos de Armas	2000	2001	2002	2003	Total
Armas de mão	18	372	101	45	1442
Sub-metralhadoras	126	467	346	235	4922
Rifles	2205	2943	2072	1302	26250
MG Leves/Pesadas	66	148	47	1	1952
Morteiros	70	32	5	0	337
Munição	83276	486000	2004018	2200000	11403506

Portanto, a doação de incentivos raramente beneficia os membros mais pobres e menos poderosos de uma comunidade local, como mulheres e crianças. Entretanto, os pobres podem se beneficiar indiretamente, como as mulheres trabalhando com as máquinas de costura na alfaiataria em Boane.

TAE se refere aos beneficiários como “fontes”, e por uma boa razão. Essas pessoas davam informações, não necessariamente sobre armas e balas. TAE oferece recompensas a pessoas que fornecem informações que levem à remoção de armamento ilegal. As armas e balas podem estar com a própria fonte, mas também é comum para a fonte oferecer ao TAE armas e explosivos que obteve de outros para que possam trocar. Nesse caso, ele dará ao verdadeiro fornecedor algo em troca pelo armamento. Em outros casos, a fonte não dará armas, mas levará os funcionários do projeto ao local onde podem encontrar, por exemplo em um esconderijo.

Não está claro para nós como esse modo de operação afeta as comunidades locais. As impressões que tivemos em nosso trabalho de campo são fragmentadas em demasia e superficiais para que sejam de algum valor. Suspeitamos que o fornecimento de benefícios às “fontes” faz com que as pessoas pensem que ao desistirem de armas e munição podem fazer um bom negócio. Esse é provavelmente o motivo mais poderoso que o desejo da “fonte” em promover a paz e a segurança e, em nosso ponto de vista, não há nada de errado com essa mensagem.

Temos dúvidas sobre os efeitos dos bens distribuídos na geração de renda entre os membros mais fracos das comunidades locais.

Educação Cívica

Essa atividade foi lançada em 2000. Até 2001, cerca de 500 pessoas haviam participado no que o TAE desvrece como eventos de educação cívica (Transformação de Armas em Enxadas, 2001). Concluímos, a partir de relatórios e entrevistas com funcionários, que esse trabalho consiste em encorajar a população a entregar as armas. É nesse contexto que os perigos de se viver com armas e explosivos são descritos, assim como as vantagens de trocá-las por bicicletas, máquinas de costura e outros produtos similares. Portanto, educação cívica é instrumental em fortalecer o sucesso do desarmamento (coleta, destruição e troca de artilharia).

TAE encoraja pessoas a entregar artilharia, os dá algo útil em retorno e destrói a artilharia, tornando algumas de suas partes em arte. O projeto tem mais sucesso que muitas outras campanhas em chamar a atenção pública para essas atividades e essa publicidade serve para sublinhar a possibilidade e o desejo de se livrarem de armas e explosivos.

Em outras palavras, o que TAE faz em educação cívica é em grande parte marketing. Um marketing com um sucesso importante, em nossa opinião. O que o TAE não faz em escala significante é se engajar em campanhas de conscientização pública como sua principal atividade. Os projetos sobre gênero que planeja lançar podem ser o primeiro grande passo nesta direção. Entretanto, pode-se imaginar outros esforços de conscientização pública. Assumindo que apenas uma parte bastante pequena da população estará preparada para trocar a artilharia por bicicletas ou máquinas de costura, e portanto muitas armas e explosivos não serão recuperados, TAE poderia ter escolhido ensinar pessoas a minimizar os riscos de possuir e manipular armas e explosivos para que acidentes e usos inapropriados sejam minimizados. Mas isso não tem sido feito. Obviamente, TAE não pode fazer tudo. Como seus recursos são limitados, sua escolha pode ter sido sábia. O que não é sábio é a forma perigosa e insegura que TAE trata ela mesma suas armas e explosivos.

Armas em Arte

TAE não esperava transformar armas feitas de metal em esculturas para que fosse uma iniciativa comercial, nem sua motivação principal tenha sido o desejo pela inovação artística. Aqui, mais uma vez, o motivo foi publicidade e marketing e, neste sentido, o projeto de arte tem tido sucesso dentro de Moçambique e, talvez, até mais no exterior (veja box sobre “Artes no Fogo Cruzado”). Em meio a muita cobertura da imprensa internacional, as esculturas foram levadas em um tour nos

Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e França. Outros shows devem ser ocorrer no futuro (*Transformação de Armas em Enxadas*, 2001).

Artes no Fogo Cruzado

Durante os quatro anos que estive no projeto TAE (*Transformação de Armas em Enxadas* ou “Tools for Arms” em inglês) trabalhando como um conselheiro para o desenvolvimento, dificilmente uma semana se passava sem estar algumas horas no *Núcleo de Arte*, o ateliê onde armas eram transformadas em obras de arte. Eu também permaneci ocasionalmente nos sábados provando uma cerveja e trocando idéias com os artistas que logo se tornaram amigos. Para dizer o mínimo, o ambiente era relaxante e convidativo. Apenas para dar o tom, o *Núcleo* consiste de uma par de mesas de pic-nic, algumas cadeiras de balance (por sinal, algumas feitas de armas cortadas), um pequeno bar, um ateliê e uma sala de exposições. Mas isso não era verdadeiramente importante.

O que é importante é que cada olhos estrangeiros ou locais que visitavam o ateliê do *Núcleo* pela primeira vez, sem qualquer excessão devo dizer, era imediatamente cativado por essas estranhas, talvez medonhas mas acima de tudo lindas peças de armas transformadas pela criatividade artística, e ainda mais, por seus criadores. A curiosidade era o resultado de olhar a essas formas estranhas.

Se não fosse durante as discussões individuais com os artistas, era providenciando traduções para a imprensa internacional que eu fui capaz de entender a profundidade e pensamentos por tras dos metais transformados em uma cadeira, o canhão de uma bazuca em um saxofone, a extremidade de um AK-47 em um corpo de uma mulher, cápsulas de balas para as costas de um crocodilo ou um mecanismo G3 em uma rosa. Eu frequentemente ria das entrevistas – os artistas continuamente me surpreendiam – todos compartilhando dos mesmo princípios, mas cada qual tendo criado de forma separada sua própria metodologia e filosofia artística para a criação. Pensando sobre o passado, minha memória tropeçando como sempre, mas eu claramente lembro-me de *Humberto*, um companheiro enorme com olhos salientes de *Savimbi*, dizendo-me como suas criações são fundamentalmente baseadas no desabrochar pacífico de idéias e como a primeira obra de arte de *Gonçalo*, *O Viajante*, foi construída com partes separadas cada qual representando a alma daqueles que foram mortos nos anos da guerra. Aqueles comentários agarraram minha atenção e, a partir de então, descobri as mentes não apenas de um grupo de artistas colocados

juntos e trabalhando com materiais similares, mas com um movimento artístico distinto colocando desafios entre eles e que aprendiam juntos em um ambiente bastante isolado.

Mas além da arte, o que essas peças de metal realmente significam e o que verdadeiramente simbolizam? Eu não estava ciente de seu extraordinário poder até que me juntei a uma equipe de filmagem e *Gonçalo* em uma viagem à Marracuene, uma pequena cidade a 40 quilômetros de Maputo. Naquele tempo, toda a vizinhança estava celebrando o feriado nacional ligado à longa guerra que ocorreu em Moçambique. Foi quando *Gonçalo* tirou seu *saxofone* do carro que um homem de idade apontou a ele e murmurou algumas palavras na língua local. Ele olhou para mim e disse, “Ele vê sangue e cobras (mambas)”. Eu ví um saxofone. Como um voluntário no programa de destruição de armas, ví também um AK-47 recortado em peças e um canhão de um lança bazuca. Aquele homem viu sangue e cobras (mambas). Quanto mais eu viajava e conhecia pessoas na presença das obras de arte, mais me surpreendiam as reações. Seguindo as explicações de *Gonçalo* da transformação das armas em arte, uma mulher dançou por alguns instantes e caiu em seus joelhos, uma dança alegre, e gritou em harmonia com outros que se juntaram a um aparente capítulo fechado e difícil.

Essas reações poderosas não foram observadas somente em Moçambique, mas também em meu próprio país, no Canadá. A artista previamente mencionado, *Gonçalo* e eu fomos a um tour a sete cidades do Canadá com as obras de arte do TAE. Muitos comentários remarcáveis apareceram enquanto visitávamos as 22 escolas e mais de 2 mil alunos de todas as idades. Uma garota de dez anos de idade me perguntou em Winnipeg por que é que as pessoas se importariam em começar uma guerra e usassem armas se ninguém gostavam delas. Tentei, mas não consegui responder. Lembro-me do adolescente em Saskatoon que nos fez lembrar a todos, um grupo de cem estudante e eu, do fato de que as armas devem ser de fácil acesso no Canadá se um adolescente em uma cidade próxima foi capaz de usar uma semanas antes para tirar sua própria vida. Como *Gonçalo* disse, eu aprendi muito sobre meu próprio país durante a viagem.

As anedotas referentes ao meu trabalho no TAE, tanto positivas como negativas, são abundantes. Mas anedotas em demais mancham a mensagem que deve ser submetida. E essa mensagem é bastante simples: o que é mais bonito e real simbolicamente que transformer uma máquina que mata em um instrumento de linguagem e criatividade.

Em uma referência pessoal, digo com uma relativa certeza que meu trabalho no TAE foi também o mais satisfatório que eu jamais poderei experimentar e o mais frustrante que eu jamais

resistirei. É por isso que eu o amei. A melhor parte desse trabalho, e isso foi o que me fez querer mais, é o fato de que eu poderia a qualquer dia, observar um jovem amigo moçambicano pegar uma parte de um PPX e vê-lo transformar lentamente em uma perna ou um rosto. Essa transformação simbólica de contrastes e extremos faz com que tudo valesse e que fosse adequado. Foi minha própria conclusão que uma mudança de atitude pode determinar um caminho poderoso. Foi minha própria conclusão que a arte usa de fato um coleta à prova de balas.

Christian Brun

TAE diz que isso “pode levar à venda de algumas peças de arte para apoiar as atividades do projeto” (Transformação de Armas em Enxadas, 2001) e, de fato, isso tem ocorrido. A realidade é que o sucesso comercial tem sido a fraqueza do projeto de arte do TAE, com muitos artistas deixando o projeto para se beneficiarem do potencial de fazer dinheiro com seu trabalho. O centro de arte de Maputo Núcleo D’arte que costumava trabalhar com TAE agora apresenta seu “armas para arte” no sítio de Internet (www.africaserver.nl/nucleo) e onde apenas menciona o TAE. Atualmente, TAE planeja interromper a distribuição de peças de armas aos artistas e espera empregar outros para produzir arte a partir de armas para o benefício do projeto, como deveria ter sido desde o início. (Entrevista com funcionários e ex-funcionários).

Nós já destacamos que, em nossa opinião, o projeto de arte tem sido muito importante para as relações públicas internacionais e para arrecadar fundos para o projeto TAE, mas não tão importante dentro do país. De fato, as peças de arte produzidas pelo Núcleo artístico são raramente, se é que jamais, usadas durante campanhas de educação cívica no interior do país. Durante uma visita à cidade de Mopeia (província de Zambézia) os autores desse relatório foram capazes de testemunhar a destruição de armas que haviam sido coletadas por uma equipe do TAE. Isso foi feito em uma breve cerimônia, incluindo discursos pelos dignatários locais na presença da população. Apesar de a equipe TAE ter algumas peças de artes com eles, elas não foram mostradas nem qualquer referência foi feita à idéia de transformá-las em arte. Quando perguntados, os membros da equipe explicaram que as pessoas não entenderiam as idéias dos artistas e que mostrar as peças poderia ter até mesmo um impacto negativo, já que a população supersticiosa do vilarejo poderia confundi-las com magia (Entrevistas com membros da equipe, Maio 2003).

Recursos disponíveis ao Projeto

O escritório de projetos do TAE está localizado em um dos bairros mais violentos de Maputo, atingido por um alto nível de crimes violentos. Aqui o plano é construir um depósito para a coleta de artilharia e um estúdio para artistas contratados que transformariam armas em objetos de arte. Atualmente, seu espaço de depósito consiste em uma caminhão IFA que foi doado ao TAE por uma entidade de caridade alemã “Arche Nova” há três anos como uma plataforma móvel de coleta e destruição, mas que quebrou em janeiro de 2000, logo após sua chegada em Moçambique e ainda não foi arrumada¹⁰. Esse veículo está estacionado de baixo de uma árvore em um recinto do Conselho Cristão de Moçambique (CCM) no centro da cidade.

A equipe do projeto consiste de um Coordenador Nacional (Sr. Albino Forquilha) que é também o coordenador para a parte sul do país, onde a capital Maputo está localizada. Existem também

- Um funcionário de educação cívica
- Um funcionário operacional
- Um assistente de operações
- Um funcionário de informação e preparação
- Um funcionário administrativo e financeiro
- Um assistente administrativo
- Um inspetor de segurança
- Um motorista
- Pelo menos um guarda costa e
- Um consultor (anteriormente eram dois) da organização voluntária canadense CUSO

O escritório do projeto em Maputo é responsável pelo desenvolvimento de estratégias nacionais, a manutenção de contatos internacionais, o treinamento de funcionários do TAE e também pela coleta de armas em províncias de Maputo e Sofala. Até junho de 2003, equipes satélites existiam nas províncias de Gaza, Zambezia, Inhambane e Niassa, normalmente formadas de um representante oficial do TAE trabalhando a partir do escritório provincial do CCM¹¹. Em Sofala, Cabo Delgado,

¹⁰ Durante nossa visita mais recente ao projeto em junho de 2003, o projeto afirmou que as peças de substituição para o caminhão havia finalmente chegado e que o veículo estaria logo em operação.

¹¹ A exceção é o representante do TAE em Inhambane, que trabalha fora do escritório do TAE em Maputo e que, de fato, preenche o papel de um Segundo coletor de armas.

Manica, Tete e Nampula o projeto não mantém funcionários permanentes, mas usa os funcionários do CCM como seus “representantes” informais (Entrevista com Kayo Takenoshita, maio 2003).

Apesar de nossos melhores esforços, não fomos capazes de entender completamente a relação entre a sede do TAE em Maputo e seus “satélites” nas províncias. Armas coletadas nas províncias estão incluídas na coleção de estatísticas publicadas por TAE em colunas separadas e, na maioria dos casos, o escritório principal está fornecendo fundos para salários e para a compra de incentivos, assim como para especialistas em coleta e destruição. Enquanto isso, a equipe do TAE na províncias de Zambézia visitada por um dos autores em maio de 2003 afirmava que era financiada de forma independente e administrada pelo escritório local do CCM, o que supostamente também é o caso para as operações (muito menores) do TAE na província de Niassa.

Com exceção dos voluntários do CUSO¹², todos os funcionários atuais são homens.

Dois dos funcionários operacionais, um tenente treinado para ser engenheiro militar e um privado, estão transferidos temporariamente do exército moçambicano e um está transferido da polícia. Além de seus salários do governo, eles recebem um salário do TAE. Um terceiro funcionário costumava trabalhar em contra-inteligência e foi um soldado por muitos anos antes disso. Ele foi treinado pela operação sul-africana – moçambicana Rachel e fornecido ao TAE em 1998 pelo Ministério do Interior (Entrevista Guerra, março 2003). Ainda outro trabalhou para a agência SINASP de “segurança política” do governo durante os últimos anos da guerra civil e foi para o TAE em 2000. Entretanto, TAE está com dificuldades para conciliar esse envolvimento em servir para um ex-serviço de segurança oficial já que acredita, e provavelmente tem razão, de que grande parte da população não confia no governo e estará relutante em entregar artilharia ilegal se eles suspeitarem de que funcionários do governo estão envolvidos. Isso ocorre em particular nas áreas onde existe um forte apoio à RENAMO. Quando falamos com os funcionários transferidos, tivemos a impressão que seu contato com seus comandantes consistia basicamente em enviá-los relatórios curtos com estatísticas de artilharia coletada e destruída. Eles parecem se considerar como funcionários do TAE e não como soldados ou policiais.

Outras formas de apoio do governo incluem dar a aprovação oficial ao projeto, permitir que manipule artilharia ilegal sem o risco de ser processado, e por vezes providenciando explosivos

¹² Entretanto, Kayo Takenoshita deixou o projeto em junho de 2003.

para a destruição de artilharia coletada. No geral, o governo não está profundamente ou intimamente envolvido no trabalho do TAE e em sua organização.

TAE atualmente possui dois veículos em Maputo, um dos quais usado pelo coordenador nacional e o caminhão IFA quebrado. Além disso, dois Land Rovers estão a caminho do Reino Unido.

As organizações moçambicanas que apoiam TAE são o CCM, presidida pelo bispo Dinis Sengulane e pela Fundação para o Desenvolvimento Comunitário da Sra. Graça Machel. Ambos estão envolvidos em administrar o projeto. O bispo Sengulane e a sra. Machel são patronos do TAE. Suas organizações providenciam funcionários assim como materiais e dinheiro, além de ajudar a arrecadar fundos no exterior. TAE também recebe ajuda da Associação de Soldados Desmobilizados (AMODEG) e do grupo de paz PROPAZ, que tem providenciado funcionários e especialistas em segurança de armamento. Líderes tanto do partido governamental FRELIMO como do partido de oposição RENAMO têm endossado e recomendado o trabalho do TAE, dando apoio político. Os ministérios governamentais de Assuntos Domésticos e Defesa Nacional providenciam apoio prático, enquanto o ministério de Finanças e Planejamento tem retirado os impostos de importação para materiais destinados ao TAE. Finalmente, TAE recebe assistência do projeto moçambicano-sul-africano de recuperação e destruição de armas chamado Operação Rachel (Transformação de Armas em Enxadas, 2000).

Doadores estrangeiros foram Press Alternative e o Comitê Japão da Corporação de Desenvolvimento de Moçambique, ambos do Japão, Arche Nova da Alemanha, CUSO e a Agência de Desenvolvimento Internacional Canadense (CIDA), e ainda outras organizações da Holanda, África do Sul, Suécia e Estados Unidos (Transformação de Armas em Enxadas, 2000).

TAE tem tido sucesso em atrair um nível significativo de recursos e apoio, tanto localmente como no exterior. Nesses esforços, o projeto de arte tem sido muito importante, como vimos. TAE tem se beneficiado especialmente do apoio canadense nos últimos anos. Entretanto, tem sofrido e continua a sofrer de falta de recursos que limita sua habilidade em conduzir seus planos atuais, sem falar no lançamento da expansão ambiciosa prevista do Plano de Ação Nacional (Transformação de Armas em Enxadas, 2001a).

De acordo com dados de 2001, o mais recente disponível, o orçamento de operação do TAE é de cerca de US\$ 304.000 (Transformação de Armas em Enxadas, 2001). Desse total, cerca de 10% é gasto em implementação, 26% em administração, 10% com os consultores do CUSO, 5% com as taxas de administração

do CCM e o resto em monitoramento, avaliação, equipamento e itens não previstos (Transformando Armas em Enxadas, 2001). Esse orçamento não inclui doações feitas por outras organizações em dinheiro ou em espécie.

Modo de Operação

Durante a grande parte de sua história, as atividades do TAE foram centralizadas em Maputo e foram focalizadas nas partes sul e central de Moçambique, mesmo que atividade em outras partes do país estejam crescendo. O coordenador nacional aprova pessoalmente todas as decisões envolvendo políticas, relações públicas e gastos, até mesmo o pagamento de per diem (diárias) para cada funcionário operacional embarcando em qualquer viagem fora de sua base. Observamos, em várias ocasiões, a paralisia que ocorre quando uma decisão precisa ser tomada e que requer a aprovação do coordenador nacional quando ele não pode ser contatado. Esse problema se tornará muito mais sério quando o projeto se ampliar para outras partes do país¹³.

Vamos olhar como as atividades relacionadas às armas no TAE são organizadas.

Recuperação de Informação

O primeiro estágio é a recuperação de informação. Os funcionários de operação do TAE têm uma extensa rede de amigos, ex-colegas, informantes, beneficiários que estão interessados em novas trocas e outros potencialmente capazes de providenciar informações que levem à coleta e missões de trocas. Entretanto, o chefe de informações nos disse que todos seus contatos foram feitos por meio de soldados desmobilizados ou que ainda estão em serviço, seja nas forças do governo seja na REANMO, especialmente oficiais de alto posto que são chamados de “generais” (Entrevista Guerra, março 2003). Isso foi confirmado por um segundo funcionário de operações em Maputo (Entrevista Luís, março 2003). Considerando que na abordagem do TAE é a fonte que é recompensada, parece que oficiais senior em serviço ou desmobilizados são os principais beneficiários de bicicletas, máquinas de costura e outras recompensas distribuídas pelo TAE. Fora de Maputo, as “satélites” do TAE assumem um papel similar em reunir informações, que combinam com o papel de servir como ponto

¹³ Parece que o problema é menor com a operação TAE na provincial de Zambezia, que é financiada em grande parte de forma autônoma e independente, mas certamente é o caso com outras operações “satélites” pelo país que operam sem um orçamento próprio.

de contato para “beneficiários potenciais” com dedicação próativa em áreas onde há suspeitas de posses de armas. Fora da região da capital, os escritórios locais do CCM normalmente servem como um ponto de contato para pessoas interessadas em trocar armas (ou informações que levam às armas) por bens. Quando questionados sobre como “beneficiários” potenciais sabem sobre o TAE, funcionários do CCM apontam a cobertura da mídia e a disseminação de informação por meio das estruturas do CCM, que nas áreas de seca frequentemente se estendem ao nível das vilas. (Entrevistas com funcionários do CCM em Beira e Quelimane, maio 2003).

Durante a visita à provincial de Sofala em maio de 2003, um dos autores desse relatório foi capaz de observar o modus operandi do TAE fora da área da capital e falar com dois beneficiários. A província de Sofala no centro de Moçambique presenciou uma forte luta durante a guerra civil e continua a ser uma fortaleza da RENAMO. Todas as pessoas entrevistadas para este estudo concordaram que esconderijos substanciais, a maioria escondidos pela RENAMO antes da desmobilização, continuam a existir na província, em particular nas áreas inacessíveis do interior. Sofala é também o local onde fica situada a segunda maior cidade de Moçambique, Beira, e possui o corredor de transporte entre o Malawi e o Zimbábue, assim como a notória Rodovia Nacional No. Um, que era famosa por assaltos armados. Enquanto esses fatores poderiam fazer com que Sofala parecesse como uma escolha natural para um escritório satélite do TAE, o projeto não mantém uma presença permanente na província, mas apenas confia nos bons ofícios dos representantes locais do CCM em Beira para agirem como intermediários.

Quando o escritório do CCM recebe expressões de interesse dignas de crédito de potenciais “beneficiários”, chama a sede em Maputo que, então, envia um dos oficiais de coleta, Sr. Guerra, que vem da província. Devido aos custos de viagem de Maputo à Beira, essas viagens apenas ocorrem a cada tantos meses e apenas quando o montante de armas oferecidas é substancial.

Dois “beneficiários” concordaram em ser entrevistados para este estudo em Beira. Eis suas histórias:

- Sr. Z. (nome omitido à pedido do entrevistado), que parece estar em seus 40 ou 50 anos de idade, serviu para a RENAMO por nove anos durante a guerra civil, em grande parte lutando na província de Zambézia. Durante seu período militar, ele foi responsável pela estocagem de armas e munições em sua unidade e, antes da desmobilização de sua unidade, sob ordens do quartel-general da RENAMO, enterrou cerca de metade de suas armas antes de relatar às áreas de reunião de armamento. Atualmente atuando como

mecânico de carros, Sr. Z vive no interior e encontra muitas dificuldades em alimentar seus quatro filhos, um destino, segundo ele, que compartilha como muitos de seus ex-camaradas de batalha. Ele soube do TAE por meio de alguém na polícia, que disse que pessoas que devolvessem armas ao TAE seriam recompensadas. Em 2002, ele manteve contato pela primeira vez com o Sr. Guerra e acertou uma troca de 200 armas em lugar de 200 folhas de zinco. Enquanto ele usou algumas dessas folhas para reparar seu teto, vendeu a maioria por US\$ 6 cada, dinheiro que dividiu entre outras seis pessoas que também sabiam do esconderijo. Desde o primeiro contato, Sr. Z vem falando com seus ex-camaradas e tentando localizar mais armas. Quando tem sucesso, ele chama ao Sr. Guerra e acerta uma troca. Desta vez, ele reuniu cerca de 80 armas de vários esconderijos e já os transportou do interior para a vizinhança de Beira, escondendo-as em baixo de produtos agrícolas para evitar a captura por policiais nas estradas. Ele espera, mais uma vez, que o “pagamento” ocorra na forma de folhas de zinco, que ele deve dividir com outros cinco homens.

O segundo “beneficiário” contou uma história similar:

- Sr. B. nasceu na província de Sofala em 1956. Ele se juntou à RENAMO em 1985 e foi enviado à zona de operação da RENAMO na parte norte da província. Ele era responsável pelas armas e munição para seu batalhão de 500 soldados. A maioria de suas armas eram entregues em barcos vindos da África do Sul. Antes da desmobilização, sua unidade escondeu parte substancial de suas armas no interior. O local desses esconderijos era conhecido apenas por ele e outros poucos camaradas. Após a desmobilização, ele recebeu pagamentos do governo por 18 meses, mas nada desde então. Para garantir sua sobrevivência, ele cultivava a terra e cria animais. Ele ouviu falar do TAE no rádio e foi com dois camaradas ao escritório do CCM em Beira para saber mais sobre o projeto. Em 2001, ele liderou o TAE a um esconderijo onde estavam 300 armas e munições. Ele recebeu muitas folhas de zinco em troca, mas não aceitou máquinas de costura, já que não sabia operá-las e acha que o valor da revenda de folhas de zinco é maior. Ele dividiu os “lucros” de sua troca com outros três homens. Em 2002, ele conduziu o TAE a outro esconderijo, que continha 100 armas, após receber uma dica de um ex-camarada. Desta vez, ele preferiu não dividir os “lucros” já que acreditava que o esconderijo não o pertencia. Sr. B acredita que pode levar o TAE a muitos outros esconderijos se o Sr. Guerra pudesse

providenciar os incentivos necessários de forma mais rápida. Ele acredita que muitas outras armas estão disponíveis, mas o trabalho vem se tornando cada vez mais difícil recentemente, já que os informantes esperam ser pagos antecipadamente.

A entrevista com o Sr. Guerra (maio 2003) confirma que o projeto se baseia em uma rede de informantes e intermediários na província de Sofala, que buscam informações sobre esconderijos por eles próprios e arrumar armas de várias fontes por uma troca com o TAE. Frequentemente esses informantes eram soldados da RENAMO durante o conflito e muitos estão participando de mais de uma troca, indicando que atuam como agentes de fato do projeto. Essa prática, que aparece como um contraste marcante em relação à forma que o TAE mostra suas operações em público, que focaliza na entrega por indivíduos de suas armas em troca de uma recompensa não-monetária e produtiva, é o resultado de uma situação específica em Sofala. Pelo TAE não ter uma presença permanente na província e pelo fato das visitas do Sr. Guerra aos destinos mais remotos do interior serem limitadas pelo fato de o TAE não ter veículos próprios fora de Maputo, o projeto depende desses indivíduos para que façam em realidade a coleta de armas e também o seu transporte para as vizinhanças de Beira para que sejam recolhidas pelo TAE. Esses indivíduos são recompensados por seu trabalho e compartilham os bens recebidos com os donos originais dessas armas. Algumas fontes próximas ao CCM também tem indicado que o Sr. Guerra, que tem um papel chave nessas transações e é a única pessoa que sabe a verdadeira identidade dos informantes recebe “retornos” dos “beneficiários”.¹⁴

O modus operandi observado em Beira é diferente daquela abordagem testemunhada pelos autores tanto na área de Maputo como na província de Zambezia. Em Zambezia, um dos autores foi capaz de se juntar à equipe móvel do TAE em uma viagem de campo para a cidade de Mopeia. Equipes móveis normalmente são compostas de dois ou três funcionários do TAE, que

¹⁴ Não temos como verificar de maneira independente que a corrupção como essa existe no projeto TAE. Entretanto, várias fontes próximas ao CCM em Maputo e Beira fazem essa constatação, alguns até mesmo argumentando que o Sr. Guerra já teria sido reprimido pela quartel general do TAE, mas continua com essas práticas mesmo assim. Ficamos surpresos, porém, com o fato de que o Sr. Guerra coleta uma “taxa de informação” de US \$25 por entrevistas com os “beneficiários” que não havia sido acordado antes, argumentando que “informação não é barata” (Entrevista Guerra, maio 2003).

repetidamente visitam locais remotos onde existe a suspeita de esconderijos de armas.

Durante sua visita inicial, os membros da equipe entram em contato com as autoridades locais pedindo autorização para conduzir uma coleta de armas e explicando a abordagem do TAE. Autoridades locais, em particular os administradores locais e em alguns casos as igrejas locais, informam a população sobre o projeto. Ele também trabalham como intermediários entre aqueles que possuem armas e o TAE, informando o projeto sobre as pistas. Durante as visitas subsequentes, armas são então coletadas por uma equipe móvel. Essas visitas de campo normalmente duram uma semana e podem apenas ocorrer se o TAE tem recursos suficientes para pagar pelo aluguel dos carros, combustível diárias dos membros da equipe, o que significa que frequentemente há um vazio entre o contato inicial, a coleta de armas e a entrega dos incentivos, que normalmente são distribuídos na terceira visita.

Entrega de Incentivos

Uma vez que os funcionários de informação do TAE obtêm o que eles consideram como uma boa pista, discutem os termos de troca. Um rifle de assalto AK-47 Kalashnikov em boas condições, por exemplo, é normalmente trocado por uma bicicleta usada, cujo valor é de cerca de US\$ 50. Tentamos descobrir o valor no mercado negro de um AK-47, mas recebemos informações conflitantes. Enquanto um funcionário de informação júnior aponta para 50 milhões de Meticais (cerca de US\$ 2.100) nas áreas rurais (Entrevista Luís), seu colega senior nos deu uma estimativa de 3 milhões de Meticais (uns US\$ 128) (Entrevista Guerra). O Small Arms Survey (2002, p. 66) cita um preço de mercado de US\$ 15 por um AK-47 usado em Moçambique em 1999.

Se armas estão tão disponíveis em Moçambique como os relatórios indicam, então os dados mais baixos sobre os preços estão mais próximos à realidade. Seja qual for o nível, parece improvável que alguém considerasse a troca de uma arma que vale US\$ 2.000 por uma bicicleta de US\$ 50.00 como um bom negócio. Entretanto, se a venda de armas ilegais é arrisacada, como os funcionários do projeto nos contam, então as pessoas podem pensar em trocar um rifle que lhes renderia 15 ou 128 dólares por uma bicicleta usada, especialmente se possuem várias armas.

Como observado em seções anteriores, a troca de armas individuais por bicicletas, máquinas de costura, kits de ferramentas e outros bens, doador por entidades de caridade do

Ocidente¹⁵ e transportados com altos custos de seus países de origem à Moçambique, é uma característica de quantidades menores de armas nos locais, onde TAE mantém containers como depósitos para esses bens. Atualmente, esse é o caso na sede em Maputo e no escritório de Quelimane (província de Sofala). Problemas surgem se a quantidade de armas trocas é muito alta ou aqueles que recebem vivem em locais distantes do escritório do CCM mais perto. Nos locais com uma grande quantidade de armas, os “beneficiários” normalmente dividem a recompensa com vários outros. O mesmo ocorre no caso de receptores de locais remotos que trazem armas aos escritórios do CCM e que encontram problemas em transportar máquinas de costura ou recompensas similares de volta a suas casas. Durante várias entrevistas, as pessoas que recebem as recompensas afirmaram que prefeririam receber a recompensa em dinheiro. Entretanto, TAE se compromete a trocar armas apenas por ferramentas.

Nessa situação, TAE propôs uma solução para evitar esse problema de fazer valer suas próprias regras introduzindo recompensas semi-monetárias em forma de folhas de zinco. Essas folhas são usadas em Moçambique em construção, adere às especificações e possui um preço de venda fixado (em Beira) de cerca de US\$ 6. Como TAE esteve distribuindo materiais de construção, incluindo sacos de cimento e telhados de zinco no passado, folhas de zinco são consideradas como recompensas aceitáveis pelo projeto. Várias entrevistas confirmam que parece haver uma fórmula detalhada pela qual o preço de uma arma é estimado em solha de zinco:

*Uma arma operacional equivale à
12 armas não-operacionais, o que equivale à
520 unidades de munição, o que equivale à
10 folhas de zinco, o que equivale à
1 bicicleta usada, o que equivale à
cerca de US \$60.*

De acordo com as entrevista com o sr. Guerra (maio 2003), essa fórmula é normalmente respeitada, apesar de no caso de um esconderijo bastante grande, o número de folhas de zinco por arma ser reduzido. Ao contrário das bicicletas e das máquinas de

¹⁵ A principal fonte desses bens são as entidades holandesas de caridade. Entretanto, o envio também tem sido feito por grupos alemães e japoneses.

costura, as folhas do zinco são obtidas localmente em Beira e conseqüentemente não necessitam ser transportadas de Maputo. O procedimento parece ser que o Sr. Guerra concorda com o número das folhas que um “beneficiário” deve receber após inspecionar as armas e pede então o escritório de TAE em Maputo para enviar os fundos necessários para obter as folhas. Teoricamente, o “beneficiário” recebe o recibo das folhas do zinco, concluindo a transferência. Entretanto, algumas fontes indicaram que os receptores frequentemente não se apoderam realmente das folhas, mas as revendem para o varejista, de fato trocando-as por dinheiro. Para os beneficiários isto é mais fácil do que ter que transportar as folhas ao interior, seja para o uso em suas próprias casas seja para o revende-las. Isto introduz recompensas monetary através da porta traseira do esquema, incluindo oportunidades numerosas para a corrupção, e a maioria das pessoas no TAE devem estar conscientes deste fato. Não obstante, este aspecto da operação do TAE jamais foi, em nosso conhecimento, relatado aos doadores internacionais – nesse caso, TAE prefere se mostrar os proprietários individuais das armas que as entregam suas armas pessoais em troca de bicicletas e máquinas de costura doadas.

Um outro assunto preocupante é a disponibilidade dos veículos para transportar armas e incentivos entre os escritórios do CCM e os “beneficiários”. Mesmo na área da grande Maputo, a equipe de funcionários do TAE nos últimos foi limitada severamente em seus meios de transporte, apenas com seu caminhão (equipado com as ferramentas da destruição das armas) encalhado no centro do capital, enquanto o outro veículo do projeto é usado como o transporte privado do coordenador nacional. Uma vez que um veículo está disponível, uma missão típica no sul incluiria o chefe das operações, de um dos homens militares, e do oficial de polícia, que é o responsável pela segurança. Estes três irão ao local, levando com eles os bens a serem trocados por armas.

Eles viajam com uma carta do coordenador nacional do TAE ao comando militar da região em questão, anunciando a intenção do projeto de coletar a artilharia em um período de alguns meses. Entretanto, não têm nenhuma autorização legal de possuir armas ilegais e munição. Sua única proteção contra um processo é a confiança de que o governo moçambicano não considerará apropriado processá-los, já que estão fazendo um trabalho bom. Isto provou, por enquanto, estar correto, mas é um fundamento legal fraco sobre o qual devem trabalhar.

No local, inspecionam os artigos a ser entregues, que não são necessariamente o que esperam encontrar. Nós participamos em uma missão que era para recolher algumas pistolas, mas nos

entraram um saco que continha duas granadas altamente explosivas desenhadas para serem lançadas por um mortero, bazooka ou alguma arma parecida. Diversos membros da equipe de funcionários disseram-nos que a qualidade da artilharia recebida é geralmente excelente (Entrevistas de Guerra, Luís).

Estocagem e Destruição

A etapa seguinte no método preferido pelo TAE seria destruir artigos perigosos no local, ou no local mais perto possível. Entretanto, isto requer explosivos, que não estão frequentemente disponíveis. Conseqüentemente, a equipe recorre frequentemente ao transporte de tais artigos, como as granadas mencionadas, de volta a Maputo. São colocados no caminhão IFA nas instalações do CCM, junto com todas as armas e explosivos restantes atualmente no armazem. E como a equipe raramente tem mais de um veículo a sua disposição, todos os artigos destinados para o armazenamento são levados à Maputo no mesmo carro usado pela equipe. No caso de uma artilharia não-explodida, isso se torna extremamente perigoso.

O oficial júnior de informação disse-nos que considera missões do campo como um “trabalho de risco”. O primeiro risco que discutiu era corrupção. Se quisessem negociar armas ilegais para o lucro pessoal, não seria muito difícil para os oficiais de campo do TAE. Isto se torna tentador porque não são altamente pagos, mesmo para os padrões de Moçambique, e não recebem nenhum bônus por bons resultados. Entretanto nada que nós vimos ou ouvimos sugere que estão engajados em tráfico de armas. Um outro problema que enfrentam é o lento e complicado trabalho burocrático imposto pelo CCM. “Nunca saímos na hora marcada, graças à burocracia”, afirmou o oficial de informação. Além disso, há uma falta de veículos e de meios de comunicação, e de dinheiro necessários para subornar oficiais e intermediários (entrevista de Luís). “Para obter resultados, tenho que dar dois ou três milhões de Meticais aos generais com quem eu trato” explicou seu colega sênior. “Se eu for à uma área da RENAMO, tenho também que subornar as pessoas que guardam as armas. Tudo isso sai de meu próprio bolso. CCM estão cientes disso, mas não reconhecem. Gostam de fingir que eu estou dando a informação porque eu represento as igrejas. Mas na realidade eu estou fazendo o trabalho secreto da inteligência. Exceto que eu não tenho fundos. CCM demanda resultados, mas não estão preparadas para pagar por eles” (Entrevista Guerra, março 2003).

Então o oficial júnior de informação começou a falar sobre os riscos de segurança. “Quando vamos investigar um esconderijo

de armas, nós pedimos à fonte para nos desenhar um mapa e para nos conduzir. Mesmo assim, nós vagueamos às vezes em áreas minadas. Além disso, os esconderijos são protegidos às vezes por armadilhas desconhecidas de todos de nós. Ao menos se nós tivéssemos detetores de metal, nós poderíamos ter alguma proteção, mas não temos. Ao menos, agora nós temos algum equipamento protetor para o uso ao destruir a artilharia, como aventais, capacetes e os óculos de proteção. Kayo comprou estes para nós”¹⁶(Entrevista de Luís, março 2003).

A equipe do TAE recebeu dois dias do treinamento informal e básico em segurança de armas em 2000, depois que CUSO tinha se queixado de uma artilharia não-explodida armazenada no escritório de TAE (entrevista de Brun, março 2003). Entretanto, o tenente responsável pela a segurança de armas disse-nos que desde que se juntou ao TAE em 2001, não tinha havido nenhum treinamento nem para a equipe nem para os civis que tratam das armas nas cidades e nas vilas. Disse também que às vezes lhe faltam os materiais necessários para a destruição segura e confiável da artilharia, já que o governo era incapaz de os fornecer (entrevista de Mussa, março 2003).

No que diz respeito ao armazenamento e à destruição das armas coletadas, a situação é similarmente difícil nas outras províncias onde TAE é ativo. Na província de Sofala, onde TAE não mantém nenhuma equipe de funcionários permanente, as armas foram armazenadas no escritório local do CCM, esperando a chegada da equipe de funcionários de TAE de Maputo. Em um caso documentado por um dos autores, 80 rifles do assalto em boas condições de funcionamento foram armazenados durante a noite no escritório do coordenador do CCM. Apesar de o edifício do escritório tinha um guarda de segurança privado, parece questionável se poderia ter impedido uma emboscada organizada. Uma situação similar existe em Quelimane, onde as armas são armazenadas em um container nas instalações do CCM. Outra vez, um guarda privado fornecia um nível mínimo da segurança, mas poderia ter sido controlado facilmente por um grupo organizado. Durante umas missões de campo mais longas, tais como a que foi testemunhada por um dos autores em Mopeia, as armas são mantidas com a equipe, frequentemente sendo armazenado em uma barraca. Parece notável que desde 1995 não houve nenhum incidentes relatado de tentativa de roubo dado as

¹⁶ Essa é uma referência ao voluntário precedente do CUSO, Kayo Takenoshita. CUSO agiu para melhorar os procedimento de segurança após um incidente em 2000, quando foi revelado que artilharia ainda não explodida estava sendo mantida no escritório do TAE.

condições de armazenamento, mas isto deixa uma situação não desejável, particularmente já que os empregados do CCM em Beira (não os do TAE) expressaram seu desconforto sobre ter que trabalhar no mesmo edifício que é usado como a armazem provisório para armas, munição e explosivos.

As armas coletadas são entregues geralmente às polícias para a destruição, particularmente quando TAE recupera grandes esconderijos. As quantidades menores das armas são armazenadas frequentemente nos escritórios de TAE até que as polícias possam disponibilizar os especialistas e os explosivos necessários. Nos anos anteriores, as armas coletadas por TAE eram também destruídas durante as saídas da “Operação Rachel” (veja o box) em Moçambique. De acordo com a equipe de funcionários do projeto, TAE preferiria usar a destruição das armas para fins educacionais, conseqüentemente a mídia era frequentemente convidada a estes eventos e os representantes de TAE estavam acostumados a dar entrevistas naquelas ocasiões. Durante uma viagem de campo em Zâmbia, as armas eram frequentemente destruídas mecanicamente usando uma serra motorizada por um gerador durante as cerimônias públicas, que combinam a exposição e a destruição das armas coletadas com os discursos públicos por representantes do TAE e por dignitários locais. O escritório de Maputo tinha planejado provavelmente usar o equipamento instalado no caminhão IFA para atividades similares no campo, porém, com o veículo estacionado por quase três anos, isso não aconteceu. Além disso, a munição de armas pequenas e leces é destruída às vezes usando o querosene queimado, uma prática altamente perigosa na opinião dos autores.

Governo e Sociedade Civil

Como vimos, o projeto de TAE é gerido inteiramente pelas igrejas, com alguma sustentação do governo por trás da cena. Isso é não apenas pouco comum, mas vai contra o que é considerado como boas práticas. Quase todos os peritos e textos da instrução na coleta de armas apontam que somente os peritos inteiramente treinados, agindo sob a autoridade do governo, devem manusear, transportar e destruir as artilharias (Wilkinson e Hughes; Laurance, Godwin e Faltas, etc.).

No caso moçambicano, o governo foi incapaz ou não teve a vontade, ou ambos, de assumir inteiramente essa tarefa, e de uma forma geral, a relegou para as igrejas.¹⁷ Isso, acreditamos, teve vários efeitos.

¹⁷ No workshop organizado por BICC e TAE em Maputo em 24 de junho de 2003, um representante do Ministério do Interior afirmou

Primeiramente, TAE não teve o acesso pleno à perícia, às facilidades e aos recursos das forças armadas e das polícias. Naturalmente, isso não é bem desenvolvido em Moçambique. No final de 2002, ao pedido do governo em Maputo, o departamento de desarmamento da ONU enviou uma missão para avaliar os problemas relacionados ao armazenamento e à gerência do equipamento e de explosivos militares. Isto foi provocado por uma explosão causada por um raio em um depósito militar em Beira em novembro daquele ano. A missão concluiu que as forças armadas e a polícia de Moçambique são incapazes de assegurar a gerência apropriada dos estoques, o armazenamento seguro e o controle sobre suas armas de fogo (Nações Unidas, 2002, pp. 7-8). Não obstante, o pleno auxílio do governo certamente faria o trabalho do TAE mais fácil em um sentido técnico, e talvez também mais seguro.

Em segundo lugar, TAE pôde evitar ser visto como um cúmplice do governo da FRELIMO, o que fez que politicamente seu trabalho fosse mais fácil nas áreas com simpatia à RENAMO, e talvez em outras regiões também.

Em terceiro lugar, evitando uma colaboração visível com o governo, TAE não ajudou em aumentar a confiança pública na vontade e na habilidade do governo em garantir a segurança pública. No longo prazo, é provável que isso seja visto como um problema.

Acreditamos que TAE poderia ser mais eficaz em contribuir à segurança pública no país se desenvolvesse um relacionamento mais visivelmente cooperativo com o governo. Este tipo de relacionamento podia operar sobre dois trilhos. No primeiro, mobilizaria ajuda para tentativas pelas polícia de reforçar leis sobre armas e de manter a lei e a ordem. Com isso, procuraria também a ajuda da polícia em transportar, em destruir e em armazenar armas com segurança. Entretanto, no segundo trilho, as igrejas monitorariam criticamente as ações das polícias e das forças armadas para certificar-se de que cumpririam a lei e protegeriam os direitos e as liberdades da população.

Custos e Benefícios

De acordo com nossa informação incompleta, os custos do projeto TAE chegam a cerca de US\$ 350.000 ao ano, não contando algum trabalho e material fornecidos sem o pagamento

que as duas contribuições de seu país à implementação do Programa de Ação da ONU para o Combate e Prevenção do Comércio Ilícito de Armas Leves foram o projeto TAE e a Operation Rachel.

pelos indivíduos e as organizações envolvidas. O projeto coleta algo como 1.000 armas, 700 partes de artilharia não explodida e os 40.000 pentes da munição ao ano. Assim, em termos de coleta e destruição de armas, este não é obviamente um projeto barato, como diversos membros da equipe de funcionários confirmaram para nós.

Se as igrejas simplesmente comprassem a artilharia ilegal com dinheiro, poderiam provavelmente coletar um volume maior por US\$ 350.000. Seria isso uma alternativa melhor? Produziria mais benefícios em termos do dinheiro gasto? Nós temos dois tipos das razões para duvidar disso.

Primeiramente, coletar armas ilegais e destruí-las não é muito significativo a menos que for parte de um esforço mais amplo de melhorar a segurança e manter a paz. No caso do TAE, é uma tentativa de promover uma cultura da paz, de advogar uma vida sem armas, de ajudar a ex-combatentes a ganhar uma subsistência calma e de reduzir a suspeita entre ex-inimigos. Muita disso custa dinheiro, o que explica porque um programa como o TAE não pode ser tão barato quanto um programa diretamente destinado a comprar de volta as armas.

Em segundo lugar, dar o dinheiro de pessoas para artilharia ilegal é arriscado. O dinheiro pode facilmente ser usado para finalidades que são hostis à paz, à segurança e à ordem pública. Jamais pode ser usado para financiar a compra de outras armas, operações criminais ou violência política. Adicionalmente, mais do que a provisão das ferramentas, isso enfatizaria o valor financeiro da artilharia ilegal. Grandes quantidades de dinheiro podem ter um efeito inflacionário. Finalmente, o dinheiro para armas e munição não contribui diretamente e visivelmente ao desenvolvimento de subsistências pacíficas como a agricultura.

Em outras palavras, parece sólido o raciocínio básico atrás da escolha do TAE de pedir que as pessoas entreguem suas artilharias ilegais e, em uma atividade separada, forneçam os materiais e ferramentas que lhes ajudarão construir uma existência pacífica. Quando as recompensas consistirem na maior parte ferramentas agrícolas, alguns críticos disseram que isso não era muito atrativo aos moradores de cidades referência a Sarah Meek, Buy ou Barter) mas agora que TAE usa uma gama mais ampla das recompensas, including bicicletas, essas críticas não são mais válidas.

Isso significa que os US \$350.000 alocados ao TAE foi um dinheiro bem gasto? Talvez. Comparado com os muitos outros projetos de paz e de desenvolvimento, este parece um esforço válido e bem sucedido. Entretanto, algumas perguntas e dúvidas permanecem.

Alguns parágrafos acima, nós afirmamos que a coleta e destruição de artilharia ilegal não é muito significativa. TAE faz mais do que isso. O projeto se engaja na educação cívica, embora esteja concentrado em incentivar as pessoas a entregarem as armas e explosivos. Faz também muito trabalho com a imprensa, destacando o projeto e a idéia de se construir a paz em Moçambique. E diz que o número das armas e dos explosivos coletados é menos importante do que o impacto no mentalidade das pessoas e no efeito para a segurança pública. Mas que nós sabemos sobre tais impactos? Muito pouco. Quando avaliamos o sucesso do programa, há uma tendência geral de transformar os números dos artigos coletados e destruídos como o indicador mais importante de desempenho do TAE. Nós acreditamos que isso seja lamentável.

Talvez o projeto de TAE teria um impacto maior se focalizasse mais em educar as pessoas sobre os perigos das armas de fogo e dos explosivos, não somente para conseguir que esses artigos sejam entregues, mas também para que tenham mais cuidados em armazenar, em segurar e em transportar a artilharia. Naturalmente, os procedimentos próprios do TAE devem demonstrar práticas seguras e responsáveis, o que não é o caso agora. Acima de tudo, ninguém acredita que TAE conseguirá que todos os moçambicanos entreguem suas armas ilegais. Se as pessoas que não estão prontas para se desarmarem se tornarem mais cuidadosas na maneira em que manejam as armas, e mais menos inclinados a usá-las, isso seria uma realização muito importante.

No mesmo sentido, TAE precisa olhar de forma urgente para as diferentes formas pelas quais seus esforços afetam e são entendidos por homens e mulheres. Praticamente todos os policy-makers e membros da equipe de funcionários, e a maioria das “fontes” e “beneficiários” são homens.¹⁸ Entretanto, as mulheres são afetadas também pela violência, pela insegurança, pela degradação e pela pobreza associada com a proliferação e emprego errado de armas explosivos. Elas podem ser mais ou menos afetadas do que os homens, mas o ponto principal aqui é que estão sendo afetadas de maneira diferente. Elas têm preocupações, percepções, interesses e esperanças diferentes. TAE necessita trazê-las à bordo.

Se adicionalmente o TAE pudesse incentivar e ajudar o governo a fazer um trabalho mais eficaz de controlar a posse, o transporte e o uso das armas de fogo e dos explosivos, isso seria também significativo. Neste momento, o projeto insiste em evitar estar associado com o governo e suas agências, por razões que

¹⁸ Assim como os autores desse estudo

fazem sentido no curto prazo. Entretanto, no longo prazo, Moçambique necessita mover-se para um controle estrito e eficaz das armas pelo governo.

Em resposta a estes comentários, TAE nos diz que é fácil recomendar que TAE faça esforços adicionais, mas o programa já está encontrando dificuldades de financiamento de suas atividades atuais. Talvez a solução a este dilemma seja a de deslocar as prioridades do projeto no programa da coleta e destruição das armas para a educação pública e cooperação com o governo. Se TAE coleta 1.000, 2.000 ou 3.000 armas ao ano não faz uma diferença grande em um país como Moçambique. Haverá sempre uma abundância dos armas sobrando. Mas se o projeto pudesse ajudar a mudar a opinião pública e a política do governo com respeito às armas ilegais, o impacto poderia ser significativo e duradouro. Além do que, as igrejas são mais preparadas para um trabalho como o de mudar as mentes das pessoas que em recuperar e destruir o equipamento militar.

Lições Aprendidas / Réplicas

No que se refere à pergunta se a abordagem da TAE pode e deve ser aplicada em outros países, há duas posições opostas que se pode adotar. Ambas são legítimas, mas nenhuma é inteiramente satisfatória em nossa opinião.

Pode-se aplaudir a visão, a coragem e a tenacidade do CCM em montar e em perseguir este projeto apesar das dificuldades consideráveis. Pode-se ainda ir adiante e admirar a maneira pela qual TAE colocou o tema das armas ilegais no mapa em Moçambique, promoveu extensamente a idéia de os substituir por algo pacífico e útil, e realizou de fato milhares dessas trocas. Adicionalmente, pode-se indicar que este é um exemplo único da sociedade civil tomando para si o trabalho de redução de armas, mesmo se o governo fornece mais apoio do que pode parecer. Certamente, pode-se argumentar, isto é um exemplo brilhante para que seja seguido por outros países pobres com governos fracos. Quaisquer deficiências no projeto devem, segundo esse ponto de vista, serem amenizadas em comparação com os pontos positivos.

Entretanto, com a mesma justificação, e sem denigrir suas muitas realizações, pode-se focalizar nas fraquezas da abordagem do TAE. A manipulação de armas e munição pelo TAE é, muitas vezes, extremamente insegura, opera-se sem uma autorização legal explícita, publica-se dados enganadores, e o retrato público que se apresenta de suas operações é bem diferente da realidade. Enquanto reivindica estar espalhando a paz e a reconciliação, e pode de fato estar fazendo isso, está envolvido também

profundamente no comércio de compras de armas e de explosivos. Neste negócio, o uso de fundos e outros recursos não é transparente. TAE pode não estar quebrando nenhuma lei¹⁹ ou contrato, poderia-se argumentar, e seus objetivos indicados publicamente são respeitáveis. Mas não é um exemplo bom a seguir.

Acreditamos que há um mérito em ambas as posições. Em nossa opinião, a sociedade civil em outros países acreditará que a história do TAE inspira em de muitas maneiras e ela poderá aprender muito das forças assim como das fraquezas desta abordagem. Entretanto, nós não pensamos que seria uma boa idéia transportar a abordagem do TAE sem a modificar. A modificação será em todo o caso necessário porque as circunstâncias variam do lugar para lugar.

Pontos a considerar quando consideramos a replicação da abordagem do TAE ao desarmamento incluem o seguinte:

Motivação dos proprietários de armas

Isso é supostamente o critério mais importante para estimar as possibilidades de sucesso de qualquer programa voluntário de coleta de armas. Em qualquer situação de guerra civil, pessoas de posse de armas ilegais essencialmente estarão classificados em um dos três grupos distintos em termos de sua motivação à manter armas, independentemente se são os ex-combatentes, que não foram desarmados corretamente, ou civis que adquiriram armas durante a guerra de uma maneira ou de outra: A primeira categoria de pessoas inclui aquelas que se sentem inquietos sobre o processo político e que supõem que uma nova luta ainda pode emergir. Em especial durante os estágios iniciais de um processo da paz, este grupo pode ser provável contado e, como nós vimos em Moçambique, as unidades militares frequentemente tomam medidas deliberadas para impedir que as partes de seu arsenal estejam apreendidas por autoridades que monitoram a execução do processo da paz. Reter alguma armas é, portanto, considerado como um “seguro de vida” caso que o processo político do reconciliation falhe.

Este grupo de proprietários de armas somente pode ser alcançado por um programa voluntário de desarmamento quando a situação política permanece suficientemente favorável. Como testemunhamos em Moçambique, a lealdade a suas ex-formações militares corrói com o tempo e preocupações com as

¹⁹ Na realidade, TAE está violando a lei de posse de armas de fogo a todo o momento, mas o faz em boa causa e com um acordo tácito do governo

repercussões políticas são substituídas por preocupações sócio-econômicas. Neste contexto, um programa voluntário de coleção como um alvo claro que ofereça alguma forma de incentivos materiais pode ser extremamente eficaz em limpar as armas dos militares, que não são coletadas durante operações de manutenção da paz logo em seguida ao fim do conflito.

O segundo grupo dos proprietários de armas consiste em civis individuais, que podem ou não ter sido afiliados a uma das partes no conflito no passado, que retêm as armas pessoais adquiridas durante o conflito a fim de defender a si mesmo, a suas famílias e sua propriedade contra criminosos (e/ou em um ambiente mais rural contra animais selvagens). Aqui os critérios os mais relevantes para o sucesso são se essas pessoas podem ser convencidas de que suas armas colocam um risco maior à vida e membros, do que os atos dos criminosos. A capacidade das polícias e de outros fornecedores de segurança de fornecer serviços de confiança é um outro marco importante. Os programas voluntários da coleta de armas necessitam destacar os riscos de se ter armas e particularmente explosivos militares em torno da casa de uma família para que seja bem sucedidos. Oferecendo incentivos materiais dos tipos fornecidos por TAE também ajuda a convencer as pessoas a render ao menos alguma parte de seu estoque pessoal. Nas áreas rurais, onde o policiamento é esparsa e existe um risco real dos ataques de animais, programas de coleta poderiam especificamente alvejar umas armas e uns explosivos mais pesados, ou mesmo oferecer assistência na substituir armas de fogo de origem militar por rifles mais apropriados para a caça.

O terceiro grupo de proprietários de armas consiste em pessoas que mantiveram suas armas porque planejavam usá-las para atos criminais ou a fim de traficá-las em outras áreas. Obviamente, esse grupo não pode ser atingido por esforços voluntários da coleta e os planejadores de programas necessitam ter consciência de que haverá sempre pessoas que não estarão dispostas a render suas armas mesmo diante de circunstâncias ideais.

Metas do Programa

Durante a descrição do programa TAE, notou-se que as metas do projeto são as de melhorar a segurança em Moçambique e de finalmente contribuir para uma “cultura da paz”. Certamente, é neste contexto que os programas voluntários da coleta de armas estão vistos geralmente. O mero ato de devolver e destruir as armas pode, quando bem promovido, contribuir enormemente a um processo da paz aumentando a confiança entre a população.

Isto é particularmente verdade onde os programas fazem um esforço deliberado de não alvejar um grupo específico ou área geográfica, mas abrange participantes de todos os lados e conseqüentemente não tomam posições a favor de um ou outro grupo. No contexto de um processo de paz bem sucedido e na ausência de crime ordinário generalizado, o desarmamento voluntário pode ser uma ferramenta extremamente eficaz em estabilizar sociedade que acabam de sair de conflitos. Este parece ser o caso em Moçambique onde virtualmente todos os entrevistados no curso desta pesquisa concordaram que as atividades do TAE tinham feito uma contribuição importante nos termos de melhorar a segurança pública, mesmo que o número real das armas coletadas fosse comparativamente pequeno em relação ao tamanho do estoque restante não coletado. Os planejadores do programa necessitam estar conscientes de que poucos programas voluntários terão sucesso em fazer promover uma redução substancial naqueles estoques. Infelizmente, em razão do fato de que as mudanças na segurança pública (e na sua percepção) são mais difíceis de medir, os funcionários do programa usam frequentemente o número de armas coletadas como o marco contra o qual medem o sucesso ou o fracasso de um programa. Como nós vimos no caso do TAE, isso frequentemente significa que um foco em criar a confiança e em promover métodos alternativos (não-violentos) de solução de conflitos é substituído frequentemente por uma concentração em coletar tantas armas quanto possível e mesmo exagerando no número de armas coletadas em comunicados à imprensa.

Relações com o Governo

O relacionamento entre as autoridades e todo o programa voluntário da coleta é de importância crucial. Enquanto pode haver razões muito boas para que o governo deixe estes programas aos representantes da sociedade civil, particularmente em sociedades que acabam de sair de conflitos onde muitas pessoas vêem o governo e seus agentes como representantes do ex-inimigo, o apoio das autoridades de estado ainda é necessário. Há três componentes nisso: primeiro, o governo necessita criar as condições legais para permitir que todo o programa civil possa operar, isto é, a equipe de funcionários do programa necessita ser autorizada a coletar, transportar, armazenar e destruir armas de fogo ilegais sem correrem o risco de serem processados. Isto também precisa incluir as pessoas que estão dispostas a render suas armas. Como nós vimos, este é um desafio em Moçambique - visto que o TAE opera com o apoio do governo, os proprietários de armas temem a deteção das polícias e confiam

essencialmente em táticas secretas para entregar suas armas ao TAE. Este tema poderia ser lidado de forma eficaz por anistias locais durante os períodos da coleta. Em segundo lugar, as autoridades poderiam fornecer auxílio crucial em fornecer segurança durante as operações de coleta. Isto é, os policiais poderiam garantir a segurança dos locais de armazenamento provisório e engenheiros militares poderiam ajudar na destruição de armas de fogo e dos explosivos, enquanto os civis supervisionariam o processo e empreenderiam as trocas sensíveis. Essa cooperação já foi executada já parcialmente por TAE e parece ter sido muito bem sucedida. Em terceiro lugar, o governo podia ajudar os esforços da coleta esboçando medidas claras de punição contra os proprietários de armas ilegais após o fim do período de anistia. A experiência internacional sugere que a combinação de dar incentivos materiais e não materiais (a oferta de anistia), além da ameaça real de medidas punitivas após o fim do período de anistia pode ser muito bem sucedida.

Abastecimento de incentivos

Como mencionado anteriormente, o abastecimento de incentivos materiais é um componente para convencer as pessoas a entregar suas armas. Esse é em particular o caso de sociedades empobrecidas após um conflito e onde armas de fogo são a única posse de valor de um soldado desmobilizado. A efetividade do oferecimento de incentivos não-monetários por armas de fogo depende em grande escala da existência e dinâmica de um mercado negro local para armas de militares. Com a existência e possibilidade de acesso a tal mercado, os proprietários de armas estariam muito menos dispostos a trocar suas armas por uma bicicleta usada se uma forte demanda por armas de fogo mantiver os preços de mercado comparativamente altos. Em Moçambique, o sucesso da aborgadem do TAE pode ser explicada em grande parte pela ausência de um mercado negro ativo fora da área de Maputo e uma aparente baixa demanda por armas de fogo. Além disso, grandes esconderijos e de fácil acesso já foram esvaziados e levados para a fronteira com a África do Sul nos anos 90, deixando para trás apenas os estoques que estão localizados nas profundezas da mata e que, portanto, sua recuperação não é economicamente viável diante da queda da demanda exterior e do maior monitoramento na fronteira.

Visto que indivíduos proprietários de armas podem ser convencidos a trocar suas armas por artigos tais como máquinas de costura, bicicletas e jogos de ferramenta, essa aborgadem encontra suas limitações ao tratar dos esconderijos maiores. Como testemunhado por TAE na província de Sofala, as pessoas

que controlam esconderijos militares, frequentemente ex-oficiais militares, esperam o pagamento em dinheiro e não em espécie. Isto ocorre parcialmente porque podem estar mais cientes do valor no mercado negro de seu estoque, mas também porque o dinheiro precisa ser rachado entre um grupo de pessoas, o que torna o pagamento mais adequado que outros artigos. TAE tratou desse problema introduzindo folhas de zinco para telhados como uma moeda artificial, contornando portanto o problema da recompensa monetária. Não obstante, os planejadores do programa necessitam considerar essa experiência ao planejar as trocas.

Em uma avaliação mais técnica, o recebimento de incentivos precisa ser debatido. Aqui, a abordagem usada pelo TAE pode não ser o ideal para se recomendar. Enquanto a idéia de coletar doações de máquinas de costura e bicicletas usadas da Europa e do Japão e enviá-las à Moçambique pode ter um apelo em círculos de solidariedade, na prática não é uma forma econômica de se utilizar os escarsos recursos. Os altos custos de envio, além das taxas aduaneiras e de transporte, são um importante peso sobre o orçamento do projeto. Para completar, os funcionários da equipe do projeto nunca sabem antecipadamente quais produtos vão chegar e quando, criando dificuldades para o planejamento operacional. Isso parece sugerir que faz mais sentido para o programa comprar localmente as ferramentas e outros bens que possam ser trocados.

Bibliografia

- Berman, Eric (1996). *Managing Arms in Peace Processes – Mozambique*. Geneva: UNIDIR.
- Chabal, Patrick. (1996) ‘The Curse of War in Angola and Mozambique: Lusophone African Decolonization in Historical Perspective’. *Africa Insight*. Vol. 26, No.1, pp8.
- Chachiua, Martinho (1999a). ‘The Status of Arms Flows in Mozambique’, em: Tandeka Nkiwane, Martinho Chachiua e Sara Meek. *Weapons Flows in Zimbabwe, Mozambique and Swaziland*. Halfway House: Institute for Security Studies (ISS Monograph No. 34).
- Chachiua, Martinho (1999b). *Arms Management Programme: Operation Rachel 1996 – 1999*. Halfway House: Institute for Security Studies (ISS Monograph No. 38).
- Collier, Paul (2001). ‘Economic Causes of Civil Conflict and Their Implications for Policy’. *Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict*. Crocker, Chester A. (ed.). Washington, U.S. Institute of Peace, pp143-162. 20p.
- Crawford, Jacob. (2003) ‘Mozambique History Timeline’. Disponível via <http://crawford.dk>. (accessado em 4 de setembro de 2003).
- Goncalves, Fernando. (1998). ‘Ideological Shifts, Economic Imperatives: Southern States and the Mozambican Peace Process’ em *Accord: An International Review of Peace Initiatives*. Disponível via <http://www.c-r.org>. (accessado em 4 de setembro, 2003).
- Huffman, Robert T. (1992). ‘Colonialism, Socialism and Destablization in Mozambique’ em *Africa Today*. Volume 39. Edição 1-2. p9, 18p.
- Malaquias, Assis. (2002). ‘Peace Operations in Africa: Preserving the Brittle State’ em *Journal of International Affairs*. Primavera 2002. Vol 55. No.2, p415, 25p.
- Matonse, Antonio. (1992). ‘ Mozambique: A Painful Reconciliation’. em *Africa Today*. 1992 Volume 39. Edição 1-2. p29, 6p.
- Minter, Williams. (2000). ‘The Mozambican Peace Process: An (over) Abundance of Lessions’. em *Peace and Change*. Abril 2000. Vol 25 Edição 2. p300, 5p.

- Meek, Sarah. 1998. *Buy or Barter: The History and Prospects of Voluntary Weapons Collection Programmes*. Halfway House, South Africa: Institute for Security Studies. ISS Série de Monografias No. 22, Março.
- Ooshuysen, Glenn (1996). *Small Arms Proliferation and Control in Southern Africa*. Johannesburg: The South African Institute of International Affairs (SAIIA).
- Rupiya, Martin. (1998). 'War and Peace in Mozambique' em *Accord: An International Review of Peace Initiatives*. Disponível via <http://www.c-r.org>. (accessado em 1 de setembro, 2003).
- South African Press Association (2002). 'Operation Rachel Could Be Replicated in Angola, DRC'. Disponível via www.allAfrica.com.
- Southern African Research and Documentation Centre (SARDC) *Factfile Democracy: Mozambique*. Sustainable Democracy in Southern Africa Programme. Fevereiro 2000. Zimbábue.
- Schafer, Jessica. (2001). 'Guerrillas and Violence in the war in Mozambique: De-Socialization or De-Socialization?' em *African Affairs*. Vol 100. p215, 23p.
- Shore, Herbert. (1992). 'Remembering Eduardo: Reflections on the Life and Legacy of Eduardo Mondlane' em *Africa Today*. Volume 39. Edições 1-2. p35, 18p.
- Sidaway, James D. (1993). 'Geopolitical transition and state formation: The Changing Political Geographies of Angola, Mozambique, and Namibia' em *Journal of African Studies*. Março Vol.19 Edição 1 p6, 23p.
- Small Arms Survey. (2002). *Small Arms Survey 2002*. Oxford University Press: Oxford.
- Smith, Christopher. (1996). 'Light Weapons and the International Arms Trade' em *Small Arms Management and Peacekeeping in Southern Africa*. Geneva: UNIDIR. pp.1-60.
- Transforming Arms Into Ploughshares (2000). *Background Information*. Maputo.
- Transforming Arms Into Ploughshares (2001). *Six-Month Project Report (1 de Abril de 2001 à 31 de Setembro de 2001)*. Maputo.
- Transforming Arms Into Ploughshares (2001a). *National Plan of Action 2002-2004*. Maputo.
- Transforming Arms Into Ploughshares (2002). *End of Cooperation Project Report (Abril 2001-Março 2002)*. Maputo.

- Transforming Arms Into Ploughshares (2003). *Projects Weapons Collection Report: 20 de Outubro de 1995 – 14 de Outubro 2003*. Maputo.
- United Nations (2002). *Republic of Mozambique: Draft Mission Report*. New York, Department of Disarmament Affairs (Conventional Arms Branch).
- Vines, Alex. (1996). 'Light Weapons Transfers, Human Rights Violations and Armed Banditry in Southern Africa,' paper apresentado ao *Light Weapons Proliferation and Opportunities for Control Workshop*, organizado pelo British American Security Information Council Project on Light Weapons, Londres, Junho 30–Julho 2, 1996, p. 12.
- Wurst, Jim. (1994). 'Mozambique disarms'. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 50, No.5, pp. 36-39. 4p.
- World Bank. (1997). *World Development Report 1997: The state in a changing world*. Oxford University Press: Oxford.